

O artigo que aqui apresentamos, originalmente publicado na revista norte-americana «Daedalus», gerou uma acesa polémica nos meios políticos e académicos, inicialmente nos Estados Unidos da América, e, posteriormente, a nível internacional. Esta polémica e o interesse substancial do artigo, resultante da sua força intelectual, justificam a sua publicação neste número da Política Internacional. O artigo de Z constitui uma excelente abordagem da história soviética, uma interpretação da essência do regime soviético e, partindo dessa análise, uma apreciação do futuro da «perestroïka» e de Mikhael Gorbatchov.

Em grande medida, o artigo de Z tornou-se notório devido ao anonimato do seu autor — num artigo publicado no «International Herald Tribune», em 1-2 de Setembro de 1990, o professor universitário Martin Malia identifica-se como o autor do «Z article». Não se devem a acaso, nem assim deve ser considerado, que o autor deste artigo tenha escolhido «Z» para seu pseudónimo. A escolha de «Z» é uma alusão directa ao artigo «The Sources of Soviet Conduct», da autoria de George Kennan, publicado em 1947, na revista «Foreign Affairs», sob o pseudónimo de X. Ao evocar X, Z evoca um ponto de viragem doutrinal na política externa norte-americana. Daí que ao fazer a alusão a X, durante um período de rápidas e profundas transformações na URSS, Z tenha garantido a discussão à volta do seu artigo.

Como é do conhecimento geral, o referido artigo de Kennan definiu a política de «containment», numa análise que se manterá válida até há relativamente pouco tempo. A política de contenção não só definia os objectivos de uma potência global dominante, como também estabelecia as regras do seu comportamento global. Contudo, com o colapso dos regimes comunistas a política definida por Kennan no final da década de 40 deixou de ser relevante. E o vazio teórico que existe hoje nos EUA devido ao fim da Guerra Fria que Z pretende preencher.

«To The Stalin Mausoleum» é um verdadeiro «tour de force» do pensamento académico ocidental e, particularmente, do anglo-americano, na área dos estudos sobre a experiência soviética. Ao considerar esta experiência como «a grande aventura utópica do nosso século», Z rompe com urna tradição académica que, particularmente desde os anos 70, vinha a dominar a soviétologia. O artigo de Z é uma ruptura com o «status quo» académico.

Desiludidos com o modelo totalitário, que surgiu no pós-Segunda Guerra Mundial, através dos escritos de Hannah Arendt, Zbigniew Brzezinski Merle Fainsod e outros, a comunidade académica começou, nos anos 60 e 70, a procurar novos modelos de interpretação da realidade soviética. Enquanto o modelo totalitário privilegiava o factor ideológico e político da realidade soviética, os soviétólogos «post-totalitários» passaram a dar grande importância ao estudo da «sociedade» e da «economia», Assim; segundo esta escola, a história

da experiência soviética deve ser feita «de baixo para cima» e não, como pretendia a escola do totalitarismo, «de cima para baixo».

Jerry Hough, Stephen Cohen e Robert Tucker, entre outros representantes da escola pós-totalitária foram, no entanto, segundo Z, incapazes de prever, e de explicar, a subida ao poder de Gorbatchov e as transformações por este iniciadas. Subjacente à crítica da soviétologia contemporânea está a tentativa de Z de «recuperar» a primazia da política e da ideologia no estudo da URSS.

E esta abordagem oposta à soviétologia «pós-totalitária» que dá ao artigo de Z o seu enorme interesse académico. Contudo, Z não se limita apenas a expressar a sua posição neste debate como avança também com sugestões relativas ao modo como os EUA devem reagir perante o desafio político de Gorbatchov. Esta tentativa de definir um «novo papel» para os Estados Unidos da América causou um certo nervosismo porque não se sabia se Z, como Kennan em 1947, ocupava algum lugar de destaque no «establishment» que formula a política externa norte-americana. Z prevê o fim do comunismo a nível global. Esta análise leva-o a concluir que não existe justificação para que o Ocidente auxilie os países comunistas empenhados em preservar esse modelo. Esta visão de Z, nitidamente conservadora e pessimista, rejeita a possibilidade de uma «terceira via» entre o comunismo e o mercado. A «perestroïka» é, dentro desta perspectiva, a «transição para o fim do comunismo».

Por estas razões o artigo de Z merece ser lido. Se é possível destacar principal mérito deste ensaio, esse será de o autor ter sido capaz de criar uma argumentação coerente para explicar a tentativa de construir uma utopia. Podemos discordar de Z, mas certamente não podemos ignorar as questões por ele levantadas.

VASCO RATO

*O pior momento do mau governo é
aquele em que se tenta reformar*

Alexis de Tocqueville, acerca de Turgot e Luís XVI

I

A «experiência» socialista soviética foi a grande aventura utópica do nosso século. Durante mais de setenta anos, significou esperança para milhões e horror para outros tantos; mas para todos, significava fascínio. Nem a idade parece consumir a sua infinita atracção.

Este fascínio nunca foi tão grande como desde que Mikhail Gorbachev lançou a *perestroika*, na Primavera de 1985: uma pintura derivativa à maneira de Paris em 1905, um concerto de *rock* dos Beatles para recolha de fundos, ou um artigo do *Notícias de Moscovo* revelando qualquer obscuro episódio do passado soviético, conhecido do resto do planeta desde há várias décadas, podia provocar tremores de expectativa no Ocidente, se fosse proveniente de Moscovo. Assim, os conservadores-centristas Margaret Thatcher e Hans-Dietrich Genscher, competiram com a corrente liberal-radical da «sovietologia» anglo-americana, elogiando a «modernização» de Gorbachev. Apesar de, após setenta anos, o caminho para o suposto «radiante futuro» da humanidade ter deixado de passar por Moscovo, o caminho para a paz ainda continua a passar. E quem é contra a paz mundial? Mas a explicação não se resume a isto: Moscovo continua a ser o foco de uma fixação ideológica, presentemente septuagenária. À direita existe a esperança de que o comunismo possa ainda arrepende-se do seu demoníaco totalitarismo e evoluir para uma espécie de democracia de mercado (pondo em causa a esquerda ocidental). A esquerda existe o desejo de que a «experiência» não se torne uma perda total (quanto mais não seja para não confortar a direita ocidental) e adquira algo semelhante a um rosto humano. Portanto, de todos os lados, alegados especialistas da *res sovietica* são ansiosamente questionados: está optimista ou pessimista quanto às hipóteses de sucesso da *perestroika*? Gorbachev terá êxito? Sobreviverá? Devemos ajudá-lo?

No entanto, estas perguntas pressupõem respostas com entoações ideológicas diversas. Maioritariamente, o Ocidente é, sem dúvida, de opinião que as reformas de Gorbachev significam que o stalinismo e a guerra fria terminaram e que a democracia é possível no Leste, trazendo consigo o fim de um conflito global. Para um grupo mais pequeno mas com voz audível, a guerra fria acabou de facto e o Ocidente ganhou, e esta vitória anuncia o triunfo global do capitalismo, o fim do comunismo, até mesmo o «fim da história»¹. Um terceiro grupo, em tempos grande mas actualmente uma reduzida falange, sustenta que o comunismo

Publicado com a autorização da *Daedalus*, Revista da Academia Americana de Letras e Ciências, «Europa de Leste, Europa Central... Europa», Inverno de 1990, Vol. 119, N.º 1, Cambridge, Mass.

permanece comunismo, por maior que seja o brilhantismo de Gorbachev, e que a *glasnost* é apenas um esquema para enganar o Ocidente, levando-o a financiar a *perestroika* até que Moscovo recupere a força necessária para retomar o seu inveterado expansionismo².

Contudo, as duas perspectivas ocidentais dominantes têm um elemento comum: a implicação de que os nossos problemas com o Leste terminaram, de que estamos à vontade, no «fim da divisão da Europa» e no momento em que a União Soviética se reintegra na «ordem internacional» — um projecto apresentado pela primeira vez por Gorbachev e retomado por um hesitante presidente Bush. Assim, a devoção dos gorbófilos à *perestroika* e o triunfalismo livre-mercantilista dos gorbófobos, estranhamente convergem na antecipação de uma bondosa resolução de meio século de polarização do mundo do pós-guerra.

E, na realidade, neste ano de avalanche que é 1989, atingimos seguramente o fim de uma época histórica. Porém, não é claro que estejamos a entrar numa época mais simples e serena: as superpotências decadentes não desaparecem calmamente. Nem é claro que estejamos a pôr as questões certas sobre Gorbachev. A soviétologia ocidental, tão arduamente estimulada nas últimas quatro décadas, nada fez que preparasse as surpresas dos últimos quatro anos.

Nem tão pouco a interrogação predominante do Ocidente sobre as hipóteses de sucesso de Gorbachev é a mais pertinente, ou, pelo menos, a que deveríamos colocar primeiro. A verdadeira pergunta é: por que *será* que, setenta anos após 1917 — que devia ter sido a derradeira revolução, a revolução que poria termo à necessidade de qualquer outra —, Gorbachev proclama *urbi et orbi* que o socialismo soviético necessita urgentemente de «uma nova revolução», de uma «reconstrução» do seu tecido fundamental? O que é que está tão drasticamente errado para tornar necessário tão radical procedimento? E o que é que se conseguiu após quatro anos e meio de desenfreada actividade frenética?

A forma mais natural de abordar esta questão é centrá-la em personalidades e nas políticas: em Gorbachev e nos seus opositores «conservadores»; na *perestroika*, na *glasnost* e na «democratização». É esta preocupação que explica o culto da sua personalidade no Ocidente. Mas, se a agenda soviética inclui realmente uma revolução fundamental, então o objecto da nossa investigação devia ser a longa duração das estruturas profundas e das instituições. E estas, como Gorbachev constantemente nos lembra, foram criadas «há sessenta anos» — um eufemismo para o «Ano da Grande Ruptura» Stalin em 1929. Nesse ano tiveram início as políticas de colectivização forçada da agricultura, através da «deskulakização», do desenvolvimento da indústria «a todo o vapor», da realização em quatro anos do «Primeiro Plano Quinquenal», políticas essas que criaram o sistema soviético tal como existe, no essencial, até aos nossos dias. Resumindo, Gorbachev está a pôr em causa as bases da

ordem soviética e a matriz histórica do que, até agora, se denominava socialismo «real» ou «desenvolvido». A *perestroika* não é, deste modo, apenas a reforma de uma estrutura basicamente correcta, mas a manifestação de uma crise sistémica do soviétismo.

II

A nossa deficiente preparação para a crise actual, não apenas na União Soviética mas em todos os sistemas comunistas é, precisamente, devida ao facto de, durante os últimos vinte anos, a soviétologia ocidental estar centrada na análise da «estabilidade» soviética, como uma «sociedade industrial desenvolvida» com potencial para um «desenvolvimento pluralista»³.

A soviétologia ocidental, em vez de tomar à letra ideológica a direcção soviética — que dizia ser a sua função a construção do socialismo — aplicou à realidade soviética as categorias das ciências sociais derivadas da realidade ocidental. Daí resultou que a extraordinária, e mesmo surrealista, experiência soviética tenha sido completamente banalizada.

Tudo isto se fez para refutar as alegadas simplificações do «modelo totalitário» do período pós-Segunda Guerra Mundial, considerado como o produto das paixões ideológicas da guerra fria. Assim, desde meados dos anos sessenta, sucessivas ondas de revisionistas tentaram substituir a ênfase do modelo totalitário na ideologia e na política, por uma ênfase na sociedade e na economia, para passar do «estudo dos regimes para estudos sociais» e para trocar a «história feita de cima para baixo» pela «história feita de baixo para cima»⁴.

Esta inversão das prioridades explicativas do modelo totalitário produziu uma União Soviética onde a «superestrutura» política do regime deriva logicamente da sua «base social» no proletariado e num campesinato a transformar-se em trabalhadores urbanos, com uma nova *intelligentsia* emergindo de ambas as classes. Esta inversão do papel real do Estado e da sociedade dá, obviamente, ao mundo soviético um carácter normal, quase prosaicamente ocidental, e uma forma democrática.

Simplificando, é possível dizer-se que esta abordagem (com uma razoável dose de marxismo à mistura) tornou consensual a ideia de que a trajectória histórica da União Soviética vai da «utopia ao desenvolvimento»⁵. Nesta perspectiva, a chave para a história soviética é apresentada como a «modernização» através da «urbanização» e da «educação universal» — um processo levado a cabo de forma brutal e cara, especialmente no tempo de Stalin, mas com resultados idênticos aos do Ocidente.

Este reducionismo das ciências sociais frequentemente sustenta que os excessos stalinistas durante uma transformação industrial soviética basicamente criativa, representaram, apenas, uma fase passageira, uma «aberração» que, no tempo de Brezhnev, deu lugar à «normalidade» e ao «pluralismo institucional», que se exprimia através de grupos de interesses, tais como as forças armadas, os empresários industriais ou a

Academia das Ciências⁶. Na verdade, o próprio stalinismo foi considerado pelos revisionistas mais afoitos não como uma aberração, mas como um fenómeno essencialmente democrático, nascido de uma «revolução cultural» de baixo para cima, vinda do Partido e das classes trabalhadoras, que resultou numa «mobilidade ascendente» massiva, que deu origem à «geração Brezhnev». Neste contexto, todo o processo revolucionário pode ser resumido como «terror, progresso e mobilidade social» com o modesto custo global das depurações cifrado em poucas centenas de milhares de vítimas⁷.

Um corolário deste quadro revisionista é que a «reestruturação» de Gorbachev será a coroação do edifício da modernidade soviética. Deste modo, para humanizar a União Soviética basta uma «reforma» no sentido trivial de reorganização: isto é, uma descentralização «calibrada» e uma gradual desburocratização das estruturas administrativas ou, mais especificamente, uma redução do papel do plano central e da *nomenklatura*, ou das nomeações para cargos administrativos e de gestão reservadas aos comités do Partido. Esta foi, efectivamente, a expectativa inicial das primeiras políticas de Gorbachev, como no novo programa do Partido (presentemente esquecido), votado no XVII Congresso em Fevereiro de 1986 e expresso no seu livro *A «Perestroika» e o Novo Pensamento*, publicado no fim do ano seguinte. Era, também, esta a expectativa que dois anos mais tarde existia ainda na corrente principal da soviétologia americana; na verdade, esta soviétologia reflecte o pensamento dos institutos de ciências sociais da Academia de Ciências de Moscovo⁸. Mas a crise das nacionalidades fronteiriças, em 1988, e a crise económica em toda a União Soviética, em 1989, fizeram com que estas previsões, apesar de terem menos de quatro anos, tenham anos de atraso.

Quanto às fantasias — para usar um termo brando — sobre o stalinismo democrático, estão claramente destinadas ao caixote do lixo da história para o qual Trotsky em tempos remeteu o Governo Provisório de 1917.

Ao aproximar-se o final do ano de 1989 torna-se patente — ou deveria tornar-se — que tanto o regime soviético como os seus analistas ocidentais, estão à beira de uma trágica reavaliação das suas convicções sobre a «estabilidade» soviética. Mais precisamente, chegou o momento de voltar ao ponto de partida da análise soviétológica ocidental, nomeadamente às duas bases do modelo totalitário, ideologia e política, e aos modos como estes dois factores modelaram as instituições e as mentalidades criadas por setenta anos de «utopia no poder»⁹. Se o aparecimento da *glasnost* demonstra a capacidade soviética para voltar à «normalidade» humana, as suas revelações provam, incontestavelmente, que durante as últimas sete décadas a Rússia foi tudo menos mais um país em vias de modernização. Sabemos agora, tanto pelos economistas de Gorbachev, como pela televisão que mostra as prateleiras vazias dos armazéns de Moscovo, que a União Soviética, apesar de ser claramente uma utopia falhada, não é uma nação moderna nem desenvolvida. E algo

sui *generis*, um fenómeno qualitativamente diferente de todas as outras formas de despotismo deste século ou dos séculos passados.

Por essa razão, o termo totalitário, cunhado por Mussolini com uma conotação positiva para designar a sua nova ordem política e aplicado em sentido negativo à Rússia de Stalin pela primeira vez por Trotsky, foi utilizado por Hannah Arendt para desenvolver uma teoria geral da modernidade perversa.

Fê-lo porque o termo *autoritário*, mais brando e aplicável, por exemplo, a um Salazar ou a um Chiang Kai-Shek, não podia ser usado perante a sinistra grandeza de Stalin, Hitler ou Mao.

Ao contrário do que é opinião corrente, Jeane Kirkpatrick não inventou esta distinção. Apenas lhe deu continuidade, acrescentando que os regimes totalitários são mais permanentes do que os regimes autoritários. Os intelectuais da Europa de Leste concordam já que até agora nenhum país, nem mesmo a Polónia ou a Hungria, conseguiram completar com sucesso a sua saída do comunismo.

Os revisionistas da soviétologia ocidental consideram, no entanto, esta distinção de Kirkpatrick escandalosa, em parte porque junta comunismo e fascismo (apesar de o romancista soviético Vasili Grossman fazer precisamente o mesmo no seu popularíssimo *A Vida e o Destino*) e, por outro lado, porque Stalin tem de ser apresentado como uma aberração do soviétismo leninista, uma vez que se fosse integrado no sistema as probabilidades da sua transformação democrática tornar-se-iam extremamente escassas.

Mas esta lavagem do regime soviético, apresentada como um mero autoritarismo, pelo menos no período posterior a Stalin, só se pode fazer à custa de uma fundamental confusão conceptual, para não dizer de uma perfeita caricatura do conceito totalitário. O totalitarismo não significa que esses regimes exerçam um total controle da população; significa que esse é o seu desejo. Também não significa que sejam onnipotentes na sua acção, mas que são institucionalmente omnicompetentes. Não é a sociedade, é o Estado soviético que é totalitário.

Esta confusão conceptual é resultante do facto de se tomarem como critérios de definição de um regime o grau ou a quantidade de repressão em vez da sua natureza e da sua qualidade. Assim, por Khrushchev ter diminuído as dimensões de Gulag, e Brezhnev ter mandado matar ou prender muito menos gente do que Stalin, considerou-se que o regime soviético evoluíra do totalitarismo para o autoritarismo (ou, como alguns diriam, para um regime pós-totalitário), na linha do regime grego dos Coronéis, ou o de Pinochet no Chile. Mas estas considerações negligenciam o facto central de o Partido-Estado, com o seu plano central, a sua polícia e a sua *nomenklatura*, permanecerem inalteráveis — como os apoiantes mais liberais de Gorbachev, Sakharov, por exemplo, sempre acentuaram. Consequentemente, a face mais branda do soviétismo depois de Stalin — e a mudança quantitativa é efectivamente importante para

quantos vivem sob esse regime — oferece apenas, como diz Michnik, «um totalitarismo sem dentes»¹⁰.

Paradoxalmente, quando a palavra «totalitarismo» estava a ser abolida da soviologia ocidental nos anos setenta, tornou-se corrente na Europa de Leste: Hannah Arendt foi traduzida em *samizdat* e os intelectuais soviéticos referem-se agora rotineiramente a todo o sistema (inclusive à sua fase leninista) como totalitário, chamando ao período de Brezhnev stalinismo clássico ou estável¹¹. Mais paradoxal ainda é o facto de a lógica interna do sistema se ter tornado mais transparentemente clara para quantos nele viviam quando, com Gorbachev, o totalitarismo comunista se começou a desfazer¹².

Para recorrer, à *la* Marx, a uma citação de Hegel: em matéria de compreensão histórica, «o mocho de Minerva só levanta voo quando a noite cai». E esta visão crepuscular sobre a evolução da experiência soviética desde 1917 até Gorbachev, que será aqui adoptada, num esforço para apresentar uma versão historicizada actual da original — e, na verdade, demasiado estática — interpretação totalitária.

III

E impossível entender seja o que for sobre Gorbachev e a *perestroika* sem ter em conta que a origem do sistema soviético é uma utopia. E evidente que a utopia nunca foi realizada. Mas a questão que se põe não é esta, pois as utopias aplicadas não desaparecem simplesmente: o esforço para as realizar através de uma perversa astúcia da razão, conduz à criação de uma monstruosa anti-realidade, ou a um mundo invertido. Por isso, a grande aventura soviética acabou por ser, no dizer de um comentador polaco, um terrível «erro de Colombo». Este imprevisto erro levou à criação de uma nova política, de uma nova economia e de um homem novo soviético, que estão na raiz da presente crise da *perestroika*.

A utopia que deu origem ao sistema soviético é o socialismo revolucionário integral. Este não deve ser confundido com o simples «igualitarismo» que, obviamente, está inserido no rótulo de «socialismo». Nem tão pouco deve ser confundido com a mera social-democracia (termo a que tanto Marx como Lenin tinham aversão), pois esta é claramente compatível com uma economia mista e um governo constitucional. Acima de tudo, o socialismo revolucionário integral na tradição marxista significa um completo não-capitalismo. Tal como diz o *Manifesto*, «a teoria dos comunistas pode ser resumida numa única frase: abolição da propriedade privada». Daí segue-se que o produto da propriedade privada — o lucro — e os meios utilizados para o conseguir — o mercado — devem, também, ser abolidos, pois a propriedade, o lucro e o mercado desumanizam o homem e fetichizam os frutos do seu trabalho, transformando-os em bens reificados. Foi para acabar com este escândalo que a classe mais despojada e desumanizada, o proletariado, recebeu a missão histórico-universal de fazer a revolução socialista, através da qual a humanidade poderia, por fim, sair da «pré-história» para a genuína existência humana,

una, na unidade de uma sociedade sem classes. Tudo isto é suposto acontecer, de acordo com a inexorável lógica da história, operando através da alienação auto-enriquecedora da luta de classes. Este conjunto de crenças — o núcleo duro do marxismo — foi classificado por Leszek Kolakowski como «a maior fantasia do nosso século»¹³.

Mas a lógica da história (se é que realmente existe) não funciona assim: apesar de a propriedade privada e o mercado poderem ser abolidos, o seu desaparecimento não é automático. Assim, a mão da história deve ser forçada, pela criação de um instrumento especial, «um Partido de tipo novo», com o qual Lenin declarou que «viraria a Rússia do avesso». Deste modo, a utopia só pode ser alcançada por um acto de vontade política, exercido por coerção revolucionária, isto é, por meios quase militares. No entanto, os utopistas desta ténpera só podem tomar o poder em crises extremas e no meio do colapso de todas as estruturas capazes de lhes resistir. Esta situação excepcional aconteceu na Rússia em 1917, quando, sob o impacto da guerra, o velho sistema se desmoronou com rapidez impressionante. Os *bolchévics* de Lenin «encontraram o poder abandonado nas ruas e tomaram-no». E verdade que tiveram um significativo apoio operário e que as suas fileiras eram largamente preenchidas por antigos trabalhadores. Mas isto não significa que o que eles próprios apelidaram, até aos anos vinte, a viragem de Outubro (*perevorot*) fosse mais do que um golpe de Estado minoritário, perpetrado numa situação de anarquia generalizada, particularmente nos campos, ou que representasse uma «revolução do proletariado» em qualquer sentido do termo. Os *bolchévics* tiveram, então, de confrontar a sua utopia com a realidade do colapso económico e da guerra civil. De 1918 a 1920, sob pressão da emergência militar e da lógica da sua ideologia, produziram a primeira versão mundial do não-capitalismo, o «Comunismo de Guerra».

Na época, este não foi considerado como um expediente de emergência. Para Lenin, o socialismo emergiria da plenitude do capitalismo; a «guerra imperialista» fora a última fase do capitalismo; a militarização da economia alemã levada a cabo pelo general Ludendorff durante a guerra fora, assim, a forma suprema de capitalismo e, ao mesmo tempo, a matriz da nova ordem socialista. Portanto, com a nacionalização de toda a economia urbana sob o controle do Supremo Conselho Económico (o antecessor dos actuais ministérios da indústria soviéticos e do *Gosplan*), os *bolchévics* amplificaram na Rússia as práticas de Ludendorff e aboliram o lucro e o mercado. Introduziram, também, o «avançado» método americano do Taylorismo na organização racional do trabalho, e um ambicioso programa de construção de centrais eléctricas, pensando que o «socialismo é igual a poder soviético mais electrificação». Simultaneamente, fizeram-se experiências de colectivização rural, ou *sovkhozes*, esboçando, assim, a extensão do modelo estatista ao campo e a toda a população; entretanto, saqueavam os celeiros dos chamados «pequenos-burgueses *kulaks*», a coberto da política de «guerra de classes» nas aldeias. De facto, durante o Comunismo de Guerra, os *bolchévics* criaram o primeiro esboço do que,

mais tarde, passou a designar-se por economia planeada, ou mais exactamente, uma economia comandada¹⁵.

Simultaneamente, Trotsky determina outra componente essencial do novo sistema: o comissário político. A vocação do Partido é política e ideológica e não técnica e profissional em todas as actividades necessárias ao funcionamento da sociedade.

Dado que o Partido estava em luta, a mais importante especialização profissional era a militar e os militares profissionais eram os antigos membros do Exército Imperial e, por isso, não eram de confiança. Assim, o novo Comissário do Povo para a Guerra recrutou pura e simplesmente os oficiais de que necessitava e rodeou-os de monitores do Partido, como Stalin, Kirov, Voroshilov e Orjonikidze, os futuros dirigentes dos anos trinta. Deste modo, foi criado um sistema dual de administração no exército, que facilmente podia ser adaptado a tarefas civis, económicas e outras, em que membros do Partido supervisionavam gestores industriais, presidentes de cooperativas agrícolas, educadores, cientistas, escritores — enfim, tudo e todos. Estes são os primórdios do *apparat* e do seu direito de *nomenklatura* de nomear todos os cargos funcionais de importância na sociedade. A administração dual antecipa o fim da «sociedade civil» que significa, tanto para os europeus de Leste, como para os soviéticos, os grupos sociais capazes de auto-organização independente do Estado. Este modo de controle é a essência do Partido-Estado, um sistema em que a burocracia funcional, governamental ou «soviética», é comandada dos bastidores por uma administração paralela do Partido, que tem o poder de decisão e perante a qual é chamada a prestar contas.

O período do Comunismo de Guerra originou, ainda, um segundo aparelho de controle, desta vez para «inimigos» do sistema — a Cheka, ou polícia política.

Concebida por Lenin logo em Novembro de 1917 para combater todos quantos resistissem à tomada de poder unilateral pelos *bolchéviks*, a Cheka foi de início dirigida contra os partidos «feudais» ou «burgueses», mas depressa se ocupou dos partidos socialistas «pequenos-burgueses», dos trabalhadores recalcitrantes e dos camponeses que os apoiavam. Mas não havia nenhuma razão estrutural que impedisse o eventual uso da Cheka contra inimigos dentro das próprias fileiras dos *bolchéviks*. Dado que a guerra civil grassava, tornou-se cada vez mais evidente que o Partido e a sua direcção representavam (de novo usando a linguagem de Kolakowski), um proletariado «metafísico» e não um proletariado «empírico», que tinha por missão histórico-universal conduzir a humanidade ao socialismo. Deste modo, sempre que os trabalhadores ou os camponeses rejeitaram o poder do Partido, como aconteceu em 1921 com a revolta de Kronstadt, eram automaticamente expostos como «pequenos-burgueses» e tratados *manu militari*. E, assim, em 1921 tinham já sido criadas ou delineadas todas as estruturas essenciais do soviétismo: o Partido-Estado, com o seu monopólio de poder ou o seu «papel dirigente», como é agora designado; a administração dual

soviética e o *apparat*, ambos apoiados pela Cheka; o plano central e o colectivismo agrícola; e o monopólio da propaganda ao serviço da ditadura do proletariado, com a sua ideologia correcta única e o culto do prometeísmo tecnológico.

E difícil acreditar que um sistema com tal coerência e lógica interna, possa ser o resultado temporário de uma emergência militar, apesar desta ser, actualmente, a interpretação dominante na soviétologia ocidental. De qualquer modo, foi de facto este o modelo que se tornou na linha mestra do desenvolvimento soviético, desde Stalin até à véspera da *perestroika*. E isto não aconteceu «por acaso», como costumavam dizer os soviéticos na sua época mais ideológica.

Mas o Comunismo de Guerra só se tornaria a norma soviética após o recuo temporário da NEP (Nova Política Económica) para uma economia mista nos anos vinte, pois, apesar dos *bolchéviks* terem derrotado os «Branco», o Comunismo de Guerra foi um dos piores colapsos económicos e sociais do século XX. Durante a guerra civil, morreram entre 15 a 19 milhões de pessoas devido à guerra, ao terror, à fome e a epidemias — mais do que durante toda a Primeira Guerra Mundial. Em 1921, a produção industrial estava virtualmente parada, o dinheiro tinha desaparecido e o comércio tinha dado lugar à troca de géneros. Sem dúvida que parte desta primitivização era devida a seis anos de guerra; mas a maior parte ficou a dever-se à extravagância ideológica e à incompetência política dos *bolchéviks*, fanaticamente continuada mesmo após a vitória¹⁶.

IV

O retorno à economia de mercado sob a orientação da NEP, embora com limitações, foi um sucesso para reanimar o país, mas não para o levar ao socialismo. Esta circunstância contraditória deu origem a uma especulação sem fim, e a uma controvérsia sobre a verdadeira natureza do sistema no passado e, por isso, também, sobre quais são as verdadeiras tarefas da *perestroika* no presente. Às questões centrais são as seguintes: o comunismo de «linha dura» do Comunismo de Guerra de Stalin são a norma ou um desvio na história soviética? Ou essa norma é o comunismo de «linha branda» da NEP e é esse o modelo para a *perestroika* — uma perspectiva em que o stalinismo e o seu prolongamento brezhnevista são o desvio que transforma a *perestroika* na recuperação esperada. Finalmente, qual destes dois comunismos, o de linha dura ou o de linha branda, é o herdeiro legítimo de Lenin e de Outubro? Ou, centrando todo o debate numa questão clássica: Stalin era necessário¹⁷?

Em termos estritamente estruturais não há dúvidas quanto à resposta a estas questões: três anos de Comunismo de Guerra, vinte e cinco de Stalin e dezoito de Brezhnev, todos somados mostram claramente qual é a norma empírica da história soviética, sendo a «aberração» os oito anos da NEP (juntamente com uns bocadinhos do período de Khrushchev), ou, se preferirmos, a norma metafísica do leninismo «real»; esta esmagadora preponderância do comunismo de linha dura deve ter algo a ver com a

lógica, se não da história, pelo menos do sistema soviético. No entanto, estas questões não dizem respeito à cronologia mas sim à essência e, através desta, a atitudes e políticas actuais sobre a reformabilidade soviética. A tese de que a NEP é a essência do soviétismo assenta no facto de Lenin a ter lançado, admitindo que o Comunismo de Guerra tinha sido um erro, ou, pelo menos, uma tentativa prematura de alcançar o socialismo. Nos últimos meses de vida, deu a sua bênção às «cooperativas» (um conceito que ele não corporizou) como meio de atingir o socialismo. Nikolai Bukharin desenvolveu depois estas sugestões integrando-as num sistema em meados dos anos vinte, tornando-se, assim, o verdadeiro herdeiro de Lenin. Stalin (atacado no «Testamento» do fundador) ascendeu, pois, ao poder como um intriguista e um usurpador.

Deste ponto de vista, o verdadeiro curso leninista-bukharinista, que tinha o apoio da maioria do Partido em meados da década, aprendeu com os horrores e erros do Comunismo de Guerra que a primeira prioridade do regime devia consistir em preservar a «aliança revolucionária dos operários e dos camponeses» alegadamente forjada em Outubro. Para atingir este fim, o Partido tinha de conciliar 80% da população que era rural, orientando as «cimeiras dirigentes» da indústria estatal para responder às necessidades dos consumidores rurais e daí acumular, através do mercado, o capital para o desenvolvimento industrial necessário para alcançar a maturidade do socialismo. Deste modo, o sector socialista, que, por definição, devia ser o mais eficiente, ultrapassaria o sector rural privado; as cooperativas rurais seriam gradualmente transformadas em genuínas propriedades colectivas; e toda a nação podia, então, «crescer para o socialismo», no sentido da completa transcendência do capitalismo¹⁸. Existem numerosas objecções a este ponto de vista, para lá da infantil fetichização de Lenin e da bizarra noção de que a maior conquista da Revolução de Outubro foi a descoberta, em 1921, das virtudes das cooperativas e do mercado. Á primeira grande objecção é o facto de, quer durante a aplicação da NEP, quer durante a breve ascendência de Bukharin, o Partido nunca ter jogado o jogo económico de acordo com as regras do mercado: recorreu constantemente a meios «administrativos» para manipular tanto a oferta como a procura, pois temia o poder dos camponeses sobre a economia — e portanto sobre o Estado — através do seu poder de compra ou, mais simplesmente, da sua capacidade de garantir ou impedir o abastecimento de cereais. A segunda grande objecção reside no facto de as provas empíricas sobre a resistência dos camponeses à requisição forçada de cereais, durante o Comunismo de Guerra, a sua recusa até de os comercializar, durante a NEP, especialmente após 1927, sempre que a cotação não lhes era favorável, demonstrarem a sua inveterada desconfiança da arbitrariedade *bolchévik*. Sob o monopólio de poder dos *bolchéviks*, os camponeses nunca aceitariam voluntariamente entrar nas unidades colectivas. Dadas as circunstâncias, confronto entre o Partido e os camponeses era inevitável num dado momento e a NEP era inerentemente instável. Em

última análise, ou o Partido desistia do socialismo integral e partilhava o poder económico e, eventualmente, o poder político, com os camponeses através do mercado — resumindo, optava por uma mera social-democracia — ou teria de esmagar a independência camponesa e, com esta, o mercado, e marchar rumo ao socialismo através de métodos «administrativos» e coercitivos.

No final dos anos vinte tornou-se imperativo para o país iniciar um programa de industrialização intensiva e de forte investimento de capital, quanto mais não fosse para substituir um tecido industrial obsoleto que não era renovado desde 1913. Esta necessidade traduziu-se num plano ao qual foi dada a aura ideológica da «construção do socialismo». Bukharin advogava que esta transição devia ser financiada em cooperação com o campesinato e através dos mecanismos do mercado. Mesmo assim, ainda era necessário aumentar os preços industriais após 1927, para se poder dar início à aplicação do plano. A resposta dos desconfiados camponeses foi imediata: «greve de produção» — como lhe chamou o regime — e portanto, também, «crise de procura», que forçou o racionamento nas cidades, no momento em que o plano foi lançado.

Para o Partido, a escolha era clara: ou seguia a política de Bukharin e capitulava perante os camponeses — um caminho que eventualmente levaria à perda do monopólio de poder do Partido — ou regressava aos métodos militares do Comunismo de Guerra, mas de forma institucional e permanente, criando as propriedades colectivas, isto é, os *kolkhozes*. Stalin, como Secretário-Geral, escolheu a última via, por ser a única compatível com a conservação do poder monopolista do Partido. Neste aspecto, era completamente leninista¹⁹.

O princípio fundamental de Lenin desde 1917 (na verdade desde que em 1902 escrevera o *Que fazer?*) era o monopólio do poder, e não qualquer programa económico (quer fosse duro ou brando). Por isso fez o golpe de Outubro, em vez de esperar pelas eleições para a Assembleia Constituinte, que sabia não poder ganhar. A decisão de exercer a coerção sobre os camponeses também tinha um bom precedente leninista: quando a «greve de produção» de 1918 ameaçou matar à fome o novo regime, Lenin recorrera à «guerra de classes nas aldeias» e, em seguida, à *prodrzvyorstka*, à requisição de cereais. E verdade que, mais tarde, reconsiderou esta decisão; mas nunca reconsiderou o direito inalienável do Partido, que lhe era conferido pela lógica da história, ao monopólio do poder.

A decisão de Stalin também era do melhor trotskismo. «Avançar a todo o vapor» para a industrialização foi, desde sempre, o programa da Esquerda, tal como o era fazer o camponês pagá-la através de uma «acumulação primitiva de capital socialista», feita à sua custa.

Bem entendido, a esquerda trotskista dizia que a colectivização teria de ser voluntária. Mas esta posição não resultou de uma consulta aos camponeses enquanto se teorizava sobre o assunto; e, quando Stalin

enfrentou a resistência destes, os trotskistas apoiaram-no no uso da coerção — como aliás toda a sua actuação anterior fazia prever — para bem do Partido e do socialismo.

A decisão de Stalin tornou-se, inclusive, compatível com as bases do bukharinismo pois, durante a crise, em 1929, Bukharin apoiou a nova «linha geral» e serviu devotadamente o chefe por mais sete anos. Chegou mesmo a redigir o documento considerado como a coroação do «socialismo construído» — a Constituição de Stalin de 1936 — exibindo orgulhosamente a histórica caneta com que a escrevera, a um amigo exilado, em Paris, nesse mesmo ano, nos seus últimos dias de liberdade. Para ele, como para todos os outros, *partinost* — o espírito de partido — significava mais do que qualquer programa económico ou política para os camponeses.

Assim, para responder à famosa questão «Stalin era necessário?» temos de a recolocar em termos de uma segunda questão: necessário para quê? Se se entende como «necessário para a industrialização da Rússia», a resposta tem de ser: não. No aspecto estritamente económico, o programa de Bukharin teria tido, sem dúvida, um resultado igualmente bom, ou mesmo melhor, na tarefa de modernização, com custos significativamente mais baixos, tanto humana como materialmente — uma suposição que pode ser avançada com elevado grau de certeza, por analogia com o desenvolvimento orientado pelo Estado do ministro das Finanças Witte na Rússia, durante a década de 1890, ou o do Japão, na era Meiji, ou o da Coreia do Sul, depois da Segunda Guerra Mundial. Mas, se se entender como necessário para alcançar a industrialização de forma compatível com a preservação do monopólio de poder do Partido, então, a resposta tem de ser: sim. Só o método stalinista de coerção, do Comunismo de Guerra institucionalizado, poderia quebrar a constante ameaça rural a este monopólio, expandindo o controle do Partido das cidades — onde Lenin o tinha deixado — para o campo e para toda a população. A verdadeira escolha, em 1929, era fazer aproximadamente o que Stalin tinha feito ou desistir da utopia e do monopólio de poder do Partido.

Assim, a «Grande Ruptura» de 1929 não resultou de uma decisão económica, mas de uma decisão política que, pela primeira vez, estabeleceu o primado da política sobre a economia em todos os aspectos da vida soviética. A partir daí, o Partido tornou-se genuinamente totalitário nas suas políticas e na sua actuação. A propriedade privada, o lucro e o mercado foram suprimidos, ou forçados à clandestinidade, sendo rotulados de «especulação» e «corrupção». O «papel dirigente do Partido» passou a exercer-se em todo o tipo de actividades sociais, e adquiriu um estatuto legal na Constituição de 1936; este papel dirigente era a verdadeira *raison d'être* do Partido, a realização concreta da utopia na história contemporânea.

O facto de Stalin ter presidido a esta realização tornou-a, sem dúvida, mais brutal, mais cara e, por fim, ainda mais paranóica do que teria de ser.

Todavia, há o risco de exagerar a parte que os extraordinários acontecimentos dos anos trinta devem à sua personalidade e à sua sede de poder.

O seu poder não derivava das suas pulsões psíquicas, mas de um conjunto de instituições: o Partido monopolístico e monolítico, operando segundo o princípio da «centralização democrática» ou comando de cima para baixo e o mito da inevitabilidade histórica do socialismo. O Partido, como instituição, clamava pela sua personificação num chefe. Trotsky, ou qualquer outro impiedoso comissário da guerra civil, podia muito bem ter desempenhado o papel de Stalin na tarefa de construção do socialismo. Esta tentativa tinha de ser feita numa ou noutra altura, uma vez que o mito de possibilidade de construção do socialismo era a razão de ser do papel dirigente do Partido, a justificação do monopólio do seu poder. Mas, sendo o mito apenas isso, qualquer dirigente seria compelido ao uso de força e violência. Por isso, no mundo leninista não temos apenas um Mao do tamanho de Stalin, mas toda a série de Stalins-de-algibeira, como Ceausescu, Kim il Sung e Castro. E difícil pôr tudo isso à conta da *psyche* de José Djugoshvili.

V

A construção do socialismo foi conduzida como uma operação militar e, usando a linguagem da época, em duas «frentes» principais. A primeira foi a frente agrícola. Entre 1929 e 1935 cerca de 85% das famílias camponesas foram arrebanhadas em propriedades colectivas ou *kolkhozes*, e transformados em servos do Estado, obrigados a pagar ao regime uma quantidade fixa da sua produção sem ter em conta o que a colheita pudesse deixar para os produtores. A resistência dos agricultores foi tal que milhões de chamados *kulaks* e suas famílias foram deportados para a Sibéria. Em 1932, o Estado iniciou o «terror da fome» para destruir a independência dos camponeses de uma vez por todas. Ao todo, morreram entre seis a onze milhões de pessoas durante a colectivização e, à medida que a *glasnost* avança, o número mais alto parece ser o mais provável²⁰. Ao mesmo tempo, cerca de trinta milhões de camponeses foram forçados a emigrar para as novas cidades industriais que estavam a ser criadas de acordo com o plano — o maior e mais rápido surto de urbanização de toda a história mundial.

Economicamente, o resultado para quantos permaneceram no campo, foi o maior desastre do século XX. O nível de vida rural, passou a situar-se significativamente abaixo do existente em 1929 (e até mesmo do de 1913), que nunca mais voltou a ser atingido. A Rússia, que antes de 1914 era um país exportador de cereais, foi obrigada a importar produtos alimentares durante a última década (enquanto que, presentemente, tanto a Índia como a China os exportam). A população rural russa tornou-se uma força de trabalho desmoralizada, negligente e frequentemente alcoólica, desconfiada do poder estatal, sem vontade de

tomar iniciativa própria. O preço desta actuação, em vidas humanas, em gado abatido e em material perdido é exorbitantemente incalculável. O que é que, então, foi a lógica de todo este empreendimento? Inicialmente, o Partido esperava que a colectivização agrícola, mecanizada em larga escala, fosse mais produtiva do que a exploração agrícola capitalista, pequena ou média. Quando se provou não ser assim, o Partido contentou-se com o controle do Estado sobre a agricultura: com a colectivização destruiu a última fortaleza da sociedade civil soviética. Simultaneamente, o regime garantiu um abastecimento de géneros alimentares, independente dos caprichos do mercado, abastecimento esse que não tinha de pagar. Tendo isto assegurado, podiam então avançar para a segunda, e mais importante «frente» — o desenvolvimento prometeico da indústria pesada. A vantagem bruta da colectivização para o regime foi, como em tudo, política e não económica.

Na frente industrial, as operações foram conduzidas na convicção voluntarista de que «não havia fortalezas que os *bolchévics* não pudessem tomar de assalto». E aqui, os resultados foram genuinamente espectaculares, pelo menos até certa altura. Em projectos tão grandiosos como a cidade siderúrgica de Magnitogorsk (erigida para o próprio homem de aço), a barragem e o projecto de electrificação de Dnieprostroï, o caminho de ferro de Turksib e o metropolitano de Moscovo, a União Soviética conquistou a base para uma economia industrial moderna e autárca, dependendo do capitalismo internacional apenas no que respeitava a protótipos, planos e especialistas importados necessários ao arranque dos mesmos. E realmente as taxas de crescimento para os anos trinta foram na generalidade bastante boas, mas, nem de longe tão boas como se pensou durante muito tempo. Nessa altura, o governo soviético apontava para números na casa dos 20%, enquanto que especialistas ocidentais geralmente aceitavam 12 a 14%. Desde então, estes números têm sido discutidos em inúmeros textos e artigos. Contudo, mais tarde, cálculos feitos por economistas ocidentais, e confirmados pelas revelações da *glasnost*, apontavam para um valor muito mais modesto: 4 a 6%. E uma redução comparável da taxa de crescimento de 15 para 5% é agora aceite para a primeira década do pós-guerra. Witte, na década de 1890, com técnicas de mercado bastante mais brandas, fez bastante melhor, com 8%, assim como fez o Japão da era Meiji, com 6%, já para não mencionar o Japão do pós-guerra com 16 a 18%, ou mesmo a China de Deng Xiaoping, com 10 a 12%²¹.

Para além disso, o crescimento stalinista foi bastante desequilibrado; apenas cresceu a indústria pesada para a produção de bens capitais que produziram ainda mais bens capitais, que por sua vez davam origem a mais indústria pesada, para produzir, após 1937, equipamentos militares. O sector primário, a agricultura, como vimos, foi completamente devastado e o terciário — os serviços — foi escassamente

desenvolvido, assim como a parte do sector secundário, ou as indústrias destinadas à produção dos bens de consumo. Assim, a modernização soviética foi sinónimo, essencialmente, de um sobredesenvolvimento no sector secundário, que não produzia nem para o mercado interno, nem para a exportação, mas para si mesmo e para o Estado, apenas com os bens de consumo e serviços necessários para manter a população viva. Mesmo quando, na época de Khrushchev, a União Soviética se tornou na «segunda maior economia», logo a seguir aos Estados Unidos, ultrapassando-os, de facto, numa das mais importantes indústrias modernas, o aço, esta segunda posição só era verdadeira em termos de quantidade e não de qualidade. Quase todos os produtos soviéticos eram limitativos, arcaicos, toscos ou defeituosos. Quase nada do que a União Soviética produzia, fora da indústria militar pesada, era competitivo no mercado internacional — e apenas conseguia vender no mercado interno porque tinha um monopólio que excluía a competição estrangeira mais eficiente. Nem mesmo nas décadas de maior sucesso, sob a liderança de Stalin, e durante os primeiros anos de Khrushchev, a União Soviética foi uma grande potência industrial e, muito menos, uma sociedade «moderna». A crença de que era tão poderosa é uma das grandes ilusões do século, partilhada, até há pouco tempo, não apenas por editorialistas dos nossos principais jornais mas, também, por economistas tão proeminentes como John Kenneth Galbraith, e até por Wassily Leontiev²². Contudo, na verdade, a União Soviética nunca foi mais do que um grande complexo industrial-militar, e um Partido-Estado que era uma superpotência.

VI

Ainda noutra domínio, o soviétismo no seu auge representa uma forma desviada da modernidade no indispensável suporte do seu poder pelo terror. Tendo sido uma minúscula organização clandestina antes de 1917, o Partido desenvolveu inevitavelmente uma mentalidade conspiratória e, depois de ter tomado o poder, com uma minoria de cerca de 115 mil pessoas, num país largamente hostil de 170 milhões de habitantes — rodeado por um mundo ainda mais hostil — acrescentou a tudo isto uma mentalidade de estado de sítio. Foi este pequeno exército, sempre a postos, que não chegava a 600 mil no fim da guerra civil e que pouco mais tinha que um milhão de membros por altura da «Grande Ruptura», que levou a efeito a titânica «revolução de cima para baixo», nos anos trinta. E os enormes riscos desta tarefa aumentaram no Partido o sentimento de precariedade do seu poder. Na verdade, em 1932, durante o pior período da colectivização e, antes de o novo tecido industrial ter começado a funcionar, parecia que toda a empresa estava à beira do colapso. A única garantia era, pois, o retorno ao terror do período da guerra civil; assim, a polícia política virou os seus esforços para o combate contra os «cripto-menshéviks» e os «peritos burgueses sabotadores».

No entanto, a coisa não ficou por aqui devido a outro imperativo do soviétismo. Está na lógica de um sistema em que tudo é nacionalizado, que tem uma só burocracia, omnicompetente e responsável apenas perante si própria, esconder permanentemente o fenómeno da ossificação do seu aparelho. O problema pôs-se pela primeira vez quando a guerra civil terminou e Lenin, moribundo, o diagnosticou erradamente como uma herança tsarista, procurando a cura numa solução ineficaz e derrotante, a criação de burocracias paralelas — a Inspectoria dos Operários e Camponeses para a administração dos Sovietes ou do Estado, e a Comissão Central de Controle, para o Partido.

Depois, Stalin, em resposta à extraordinária tensão social originada pela construção do socialismo, desenvolveu este mecanismo de controle a uma escala correspondente ao resto do seu empreendimento. A partir do princípio dos anos trinta passou a fazer depurações administrativas periódicas dos quadros do Partido para remover os incompetentes ou os que menos entusiasmo revelavam pela linha geral.

No entanto, depois da grande crise de 1932-1933, decidiu fazer uma renovação total dos membros do Partido-Estado para se dotar da base humana do socialismo que tinha construído. Esta decisão deu origem ao Grande Terror de 1936-1938.

Seria demasiado dizer que esta foi uma medida política racional no sentido usual do termo. A sua racionalidade inseria-se na natureza do sistema e nas circunstâncias do momento. Esta racionalidade assenta na transição da utopia *in potentia* para a sua realização *in actu*.

Até meados dos anos trinta, o socialismo existira apenas no «futuro radiante», e era fácil acreditar na sua suprema bondade. Mas, a partir do «Congresso dos Vencedores» em 1934, o Partido declarara que o socialismo estava construído, e não era mais do que um mero sistema de ineficiente expansão industrial dirigida pelo Estado, como um fim em si próprio, conseguido à custa de um preço apavorante.

Resumindo, o programa instrumental de socialismo integral fora levado a cabo mas os resultados morais que se esperavam não se tinham realizado. Bem pelo contrário, tinha daí resultado um desastre moral de proporções nunca atingidas, e este facto tinha de ser negado e condenado de uma forma ou doutra. Tal como Pasternak a retratou no *Doutor Jivago*, a colectivização foi uma medida errada e sem sucesso e era impossível admitir o erro. Para esconder o fracasso, as pessoas tinham de ser curadas, por todos os meios terroristas, do hábito de pensar e julgar por si próprias, e tinham de ser forçadas a ver o que não existia, a fim de poder asseverar exactamente o oposto do que os seus olhos viam²³. Assim, a sangria da colectivização conduziu «naturalmente» à sangria das Grandes Depurações.

Mas houve outras razões, mais políticas, para esta correlação. Stalin e a direcção do Partido eram claramente responsáveis pelos resultados perversos e pelo custo do «Primeiro Plano Quinquenal»; daí, só podiam esperar-se dúvidas acerca do novo sistema e, com elas, oposição ao seu

autor. Por isso, Stalin decidiu investir preventivamente contra todas as forças que pudessem ameaçá-lo, e ao socialismo que forjara. A sua pessoa e o seu trabalho como o «Lenin dos nossos dias» tinham-se fundido, tanto na sua mente como na incansável propaganda do regime. Assim, em 1936, levou a cabo um gigantesco golpe de Estado contra os quadros do sistema a que ele próprio presidia (de algum modo, tal como Mao mais tarde faria a «revolução cultural» contra o seu próprio Partido). Stalin reorganizou a polícia política, descendente da velha Cheka, num novo Comissariado do Povo para os Assuntos Internos — NKVD — colocando-o sob seu controle directo, nomeando para o dirigir uma criatura sua, Yezhov. Com este instrumento de trabalho, varreu todos os potenciais opositores, todos quantos apenas duvidavam, os hesitantes e os críticos, não só das cúpulas, entre os quais se contavam Zinoviev e Bukharin, mas a todos os níveis da administração do Partido e do Estado. Assim, em 1939, tinha-se dado a si próprio um Partido, uma equipa de gestores industriais e um corpo de oficiais 80% novos, todos produto do sistema construído a partir de 1929, que lhe deviam tudo e a si pessoalmente — e que vão envelhecer juntos e serão conhecidos como a «geração Brezhnev»²⁴.

Esta via não foi, evidentemente, a política mais sensata nas vésperas de uma guerra total; o potencial para a deslealdade partidária, em tempo de crise, não era de todo tão grande como Stalin imaginava. No entanto, esta via faz sentido como num esforço extremo para tornar irreversíveis os frutos da «Grande Ruptura». E era uma via leninista nos seus princípios básicos, apesar de ser um leninismo de uma variedade particularmente intensa. Dividir o Partido, para depurar grupos desviacionistas e, depois, recrutar novos membros leais, foi a tática constante do fundador, desde a sua ruptura, em 1903, com os *menshéviks*. Para além disso, a acção de Stalin resolveu, de facto, o problema da petrificação da burocracia, por muitos anos. Depois do fim do frenético terror dos anos de Yezhov, em 1937-1938, a repressão dos «inimigos do povo» foi rotinizada como um sistema de depuração periódica e de medo da depuração, apoiado no Gulag para manter, constantemente, toda a gente em bicos dos pés. Este sistema continuou durante a guerra e até à morte do chefe, em 1953. Assim, aproximadamente mais dez milhões de vítimas foram acrescentadas à «pontuação» de Stalin, garantindo o total geral de vinte milhões — estimativa do historiador americano Robert Conquest, agora geralmente aceite, e mesmo aumentada por estudiosos soviéticos do stalinismo, como Roy Medvedev²⁵.

A consequência final destas extraordinárias transformações foi o facto de a sua fonte, o Mito, se ter transformado na Mentira -- para usar um termo apresentado pela primeira vez à opinião pública por Solzhenitsyn e há muito corrente na Europa de Leste — pois o socialismo soviético, tal como concretamente foi realizado, era uma fraude perante o Mito. Esta Mentira podia ser apresentada como a verdade e a fraude escondida por algum tempo (de facto, durante muito tempo), através

de uma combinação de terror e doutrinação matraqueada. Até ao «discurso secreto» de Khrushchev, em 1956, milhões, tanto na União Soviética, como no mundo exterior, acreditaram que o Mito tinha de facto sido realizado e que Stalin era o seu Corifeu. Mas a verdade acabaria por vir ao de cima e a fraude ser denunciada e, nessa altura, o regime seria confrontado com um terrível dilema: o soviétismo tinha um passado criminoso, que era ao mesmo tempo a peça central das conquistas soviéticas. Quando chegasse este momento, conseguiria o regime, simultaneamente, admitir a verdade e preservar o que tinha alcançado? Esse momento chegou e constitui uma das grandes contradições por resolver da *perestroika*. O colapso da Mentira sob a *glasnost* está a destruir a aceitação do próprio sistema, especialmente entre os jovens, no momento em que Gorbachev está a tentar salvá-lo através da sua reestruturação.

Mas isto não é tudo: décadas de vivência sob a Mentira tiveram um efeito moralmente debilitante na cultura nacional e na população, semelhante entre governados e governantes. Tal como de Tocqueville apresentou o problema, «os homens não são corrompidos pelo exercício do poder, nem aviltados pelo hábito da obediência; mas são-no pelo exercício de um poder que reconhecem como ilegítimo e, por obediência a uma autoridade que consideram usurpadora e opressiva»²⁶. Esta degradação do «factor humano» — um factor que Gorbachev coloca no centro do seu esforço de reforma — deve ser confrontada tanto por ele próprio, como pelo seu povo, para assegurar o seu êxito.

VII

O sistema completado por Stalin em 1939 teria quatro longas décadas de sucesso antes de pagar a factura por ter vivido à custa da Mentira durante tanto tempo. O edifício soviético, tal como existia em 1939, era ainda uma construção precária e tremida, e Stalin sabia-o. Foi por isso que desesperadamente quis evitar submetê-la à prova da guerra, com o seu pacto com Hitler. Quando, apesar de tudo, a prova chegou, a União Soviética sobreviveu, não por mérito do sistema — pelo menos na primeira fase — mas porque o país era tão enorme que podia (apesar de não o ter feito intencionalmente) perder o tempo suficiente para levar Hitler a cometer os erros que o derrotariam. Nessa altura, a estrutura de comando essencialmente militar do Partido-Estado, provou a sua eficiência, recolocando fábricas, mobilizando a economia e montando o seu contra-ataque para a vitória.

Foi esta vitória tardia que, por fim, tornou o sistema soviético inexpugnável. Transformou num sucesso mundial aquilo que tinha sido desde 1929, ou melhor, desde 1917, uma aposta extravagante. Este sucesso foi atribuído pelo regime à superioridade do socialismo e foi infundavelmente exaltado, como justificação para todos os sofrimentos e sacrifícios dos anos trinta. Por isso, a «Grande Guerra Patriótica» conferiu, por fim, ao poder soviético uma medida de legitimidade que até então

lhe escapara. Como Solzhenitsyn argumentou, a vitória de 1945 foi para o povo russo uma tragédia no triunfo, pois impôs-lhe por mais algumas décadas um regime que, de outro modo, não teria tido os recursos internos necessários para subsistir.

O Partido deixara de ser um pequeno exército de ocupação que moldava, pela força e de cima para baixo, uma população recalcitrante, e tornara-se um suporte estrutural de uma nova nação imperial soviética. Às fileiras do Partido aumentaram até atingirem quase sete milhões no fim da guerra e dezanove milhões, com Brezhnev. Quando, a tudo isto, se acrescentou a zona de segurança de um império na Europa de Leste e a grandeza do estatuto de grande potência, o marechal Stalin adquiriu uma estatura histórica e mundial. No seu país, ele era Pai do povo e, no estrangeiro, era ou o herói da esquerda, como o inimigo do imperialismo americano, ou, para a direita, o objecto da admiração de um *realpolitiker* teimoso como Henry Kissinger ou de um economista anticomunista como Joseph Shumpeter.

O «terror racional» de Stalin, na frase de Camus, criou poder e o poder impõe respeito universal²⁷.

Os êxitos soviéticos sucediam-se, aparentemente sem fim. Stalin adquiriu a bomba atómica, com espantosa rapidez, em 1949. Depois, Khrushchev triunfou com o Sputnik e o primeiro homem no espaço e assustou o mundo com os seus foguetões. Brezhnev interveio-o no Terceiro Mundo, circundou os continentes com os seus submarinos e acabou por alcançar a paridade nuclear com os Estados Unidos. A Rússia situou-se no mundo como uma superpotência. Depois de 1968, quando o Ocidente vacilava sob o impacto do desastre do Vietnam, do caso Watergate, de dois choques petrolíferos e do colapso do Xá do Irão, parecia que a «correlação de forças», como os soviéticos costumavam dizer, estava definitivamente a pender «a favor do socialismo».

Contudo, na realidade, a elevada consideração ocidental acerca das conquistas soviéticas estava bastante longe da simples verdade. Pois se havia sempre resultados bastantes para conseguir evitar que o mundo olhasse de frente a realidade soviética, na verdade o mundo estava a ser cegado pela demonstração de eficácia num único domínio — o do desenvolvimento económico «extensivo», que só tem bons resultados quando emprega um grande número de trabalhadores e grandes capitais em projectos de grande escala (e, no caso soviético, sem olhar para os custos). Mas esta técnica é adequada somente para tarefas modernas mais simples, como o lançamento da indústria pesada ou a concentração de recursos para ganhar uma guerra. Uma vez institucionalizado, o aparelho do desenvolvimento extensivo torna-se um impedimento à fase seguinte de desenvolvimento económico — o crescimento intensivo necessário às tarefas refinadas e de perícia típicas de uma modernidade mais complexa. Por outras palavras, na década de trinta, os soviéticos haviam construído uma imitação rude mas operativa de uma economia Pittsburgh-Detroit ou Ruhr-Lorraine; reconstruíram-na depois da guerra,

quando já estava a tornar-se obsoleta, ou, pelo menos, já não estava na frente das práticas económicas no Ocidente; finalmente, após a morte de Stalin, multiplicaram o mesmo modelo sete ou oito vezes quando países genuinamente avançados estavam a pôr de parte os seus Garys, Birminghams e Essens. Ao mesmo tempo, o Ocidente e a Ásia oriental ultrapassaram-nos, primeiro com a revolução electrónica, depois com a revolução informática. E, assim, no final dos anos setenta, quando a Rússia atingiu o auge na sua posição internacional, estava, internamente, a tomar-se num gigantesco cinto de ferrugem do socialismo soviético.

Na mesma altura, o país deparou ainda com outra limitação a uma fácil expansão económica: a falta de recursos naturais baratos e o declínio da mão-de-obra disponível. A grande expansão desde os anos trinta só fora possível porque a imensa massa euroasiática oferecia, ou parecia oferecer, recursos inesgotáveis em matérias-primas; e esses recursos foram usados, sem olhar a custos, em projectos de engenharia extravagantes, desperdiçados e mal geridos. Em 1980, estas reservas já não eram abundantes e, em seu lugar, tinham aparecido zonas de desastre ecológico com a redução do mar Aral e a morte do lago Baikal. Ao mesmo tempo, a corrente demográfica também mudou. A grande explosão populacional do final do século XIX e início do século XX, que fizera da Rússia a nação mais populosa da Europa, tinha dado à experiência soviética uma reserva demográfica que o desenvolvimento extensivo de Stalin, e o Gulag, tinham usado sem conta. O mau alojamento típico da urbanização soviética fizera esta reserva diminuir ainda mais, especialmente nos territórios eslavos e, quando Brezhnev morreu, essa reserva laboral tinha desaparecido.

Um impasse similar surgiu no método de gestão do mastodonte económico soviético — o Plano. É próprio da lógica de um sistema em que tudo está nacionalizado e em que o mercado e os preços reais são banidos como «capitalistas», que todas as decisões referentes à produção sejam tomadas por via administrativa e executadas de modo quase militar, através do que os analistas ocidentais vieram a chamar uma economia dirigida. Por outras palavras, as medidas económicas são tomadas por razões políticas, e não por razões económicas, de acordo com as prioridades políticas do Partido-Estado, e não em resposta a necessidades sociais (com excepção dos militares) ou por razões de eficiência produtiva. O resultado inevitável é que o Plano opera através daquilo a que o economista reformador Gavriil Popov recentemente baptizou de *kommandno-administrativnaia systema*, ou seja, «sistema administrativo de direcção», em que tudo é feito por ordem imperiosa de cima e submissão cega de baixo, um sistema que actua não apenas na indústria, mas em todos os sectores sociais²⁸.

Este método, tal como a estratégia do desenvolvimento extensivo, funcionou efectivamente, se não eficientemente, durante a fase inicial de choque da industrialização soviética e durante a guerra. Continuou a funcionar eficazmente depois da guerra, quando Stalin e Khrushchev

montaram o programa de choque para a construção de armas nucleares e de mísseis balísticos e, mais tarde, quando Brezhnev abriu caminho para atingir uma paridade global como superpotência. Mas este era um método desenvolvido para e apoiado por semiliteratos, como Sergo Orjonikidze, comissário da guerra civil que se tornou o chefe da indústria de Stalin, durante quase toda a década de trinta; não podia ser adaptado com êxito ao mundo da alta tecnologia, simbolizado, digamos, por Andrei Sakharov. Nesse mundo, aquele método tomou-se um estorvo paralisante, um impedimento institucionalizado à iniciativa criativa e à inovação empresarial. Assim, em todas as frentes, o método de «tomar de assalto e conquistar» da era homérica do bolchevismo, que tinha resultado na construção do socialismo, acabou por se tornar um travão à continuação do desenvolvimento e da modernização do sistema. As técnicas do crescimento económico extensivo foram institucionalizadas e ossificadas no Gosplan, Gossnab e nos ministérios económicos especializados que eram uma mão-cheia na década de trinta, e aumentaram para cerca de setenta à data da morte de Brezhnev. Durante o mesmo período, o sistema kolkholziano passou a ter centenas de milhares de burocratas não produtivos. E tudo isto constituiu uma rede de interesses entrincheirados, englobando, segundo Gorbachev, cerca de dezoito milhões de funcionários. Os métodos do sistema administrativo de direcção da sociedade de nomenklatura, também criada pela táctica de «assalto» de Stalin, viraram-se contra o seu próprio objectivo e transformaram-se num factor de termo usado por Gorbachev para descrever a era de Brezhnev. Daí resultou que, em 1979 (o mesmo ano do grande erro de cálculo afegão), a taxa de crescimento da em tempos prometeica União Soviética, era quase nula, e assim permaneceu teimosamente durante toda a última década²⁹.

Este resultado será tanto mais difícil de remediar porque no sistema soviético a economia é, no fundo, uma comunidade política, uma projecção dos objectivos do Partido-Estado e, ao mesmo tempo, o principal meio de controle do regime sobre a população. Este entrelaçamento da economia com uma estrutura política — e de ambas com a cultura — numa unidade cercante, é a essência institucional do totalitarismo.

VIII

Foi com este socialismo unitário e crescentemente petrificado que todos os sucessores de Stalin tiveram de lidar. E fizeram-no seguindo um padrão em que alternam a reforma e a retirada, pois a esperança num comunismo de linha branda nunca morreu por completo após 1929, e reviveu sempre que o comunismo de linha dura, pela sua própria rigidez, provocava problemas que ameaçavam o sistema.

Em primeiro lugar, Khrushchev liquidou o último chefe do terror de Stalin, Beria, e reduziu grandemente o poder da polícia política e a dimensão do Gulag, em parte como medida de autodefesa do Partido contra os seus

vigilantes e, por outro lado, para humanizar o sistema e torná-lo mais eficiente. Khrushchev, foi, talvez, o último leninista ideológico de entre os dirigentes soviéticos; estava convicto de que o sistema, correctamente gerido, podia trazer não apenas poder para o Estado, mas também a realização da utopia para as massas.

Ainda mais ousado do que a destruição de Beria, foi o facto de Khrushchev ter atacado o próprio Stalin pelos seus crimes contra o Partido, num discurso secreto no XX Congresso do Partido. Mas cedo descobriu que a desestalinização tinha uma lógica que não podia controlar. Deslegitimizava o sistema *per se* e libertava uma torrente de reivindicações acumuladas por todo o império. Este processo, por sua vez, provocou uma reacção conservadora no *apparat*, pelo que Khrushchev foi forçado a ripostar, soltando a *intelligentsia* contra os conservadores, nomeadamente através da publicação do livro de Solzhenitsyn, *Um dia na vida de Ivan Denisovich*, que desmascarava não só a pessoa de Stalin como o seu sistema concentracionário.

A crise ideológica provocada por este «degelo» acentuou-se à medida que Khrushchev mexia, simultaneamente, na base institucional do regime. A fim de flexibilizar a economia, descentralizou-a, estabelecendo os Conselhos Económicos Regionais, ou *Sovnarkhozes*. Ainda mais perturbante foi o facto de ter tentado dividir o Partido em dois, responsabilizando uma parte pela indústria e a outra pela agricultura, uma mudança brutal no papel dos funcionários políticos e ideológicos do aparelho. Para além disso, para quebrar a sua resistência a este ataque institucional contra os «pequenos Stalins» (como disse Yevtushenko), procurou limitar a duração dos mandatos de todos os cargos importantes do Partido. Foi esta presunção, mais ainda do que os desaires da sua política externa em Cuba, que provocou a sua queda.

Em Outubro de 1964, Khrushchev foi deposto por «voluntarismo» pelos mesmos colegas que tinha protegido contra a polícia política, chamada então KGB. Na realidade, a sua segurança foi a origem da vulnerabilidade de Khrushchev. Pondo fim ao terror de Stalin, desperdiçou o seu único instrumento contra o aparelho e, por isso, a sua própria segurança. De um só golpe deu aos *apparatchiki* não apenas segurança pessoal mas também, inadvertidamente, direito vitalício aos seus lugares. Para preservar este estatuto, o *Bureau* Político decidiu que ele e as suas inovações «descabeladas» tinham de terminar³⁰.

Assim, o resultado da reforma falhada de Khrushchev foi o triunfo da *nomenklatura*, que substituiu o chefe como fulcro do sistema; e só no fim da década de setenta é que o mundo tomou conhecimento deste novo termo e da casta privilegiada que designava³¹. Brezhnev e os seus aliados tiraram, prudentemente, do destino de Khrushchev a lição de que os privilégios deste grupo deviam permanecer invioláveis para sempre. Esta política está na origem da extraordinária gerontocracia, dirigida pelo próprio Brezhnev, por Suslov, Andropov e Chernenko, que dominaram a cena soviética durante a última década antes de Gorbachev, e cuja

longevidade reflectia a arterioesclerose de todos os outros aspectos da vida soviética.

Sob a sua direcção, a União Soviética viveu dezoito anos de «estagnação», como é agora oficialmente designado o período pós-Khrushchev. Em primeiro lugar, pôs-se cobro à «desestalinização», por ser demasiado perigosa para a estabilidade do sistema. Stalin nunca foi formalmente reabilitado, mas cessaram os ataques contra o «culto da personalidade».

Quanto à economia, as moderadas reformas de descentralização do primeiro-ministro Kosygin, desenvolvidas a partir de experiências incentivadoras de Liberman na era de Khrushchev, foram abafadas à nascença, devido à falta de cooperação dos ministérios da indústria. A classe trabalhadora, com uma rede de segurança social mínima mas universal, e confortada com o *ethos* socialista de nivelamento igualitário, ou *uravnilovka*, desenvolveu uma mentalidade de mínimo esforço para uma compensação mínima. A um nível social mais elevado, o oficialmente estigmatizado *ethos* empresarial exprimiu-se no crescimento de uma «segunda economia» ou «economia subterrânea», que era indispensável para o funcionamento da «primeira» economia — a oficial —, um fenómeno que levou à «mafiazisação» da polícia, da gestão industrial e de parcelas do Partido, especialmente nas Repúblicas fronteiriças do Sul, onde estas mafias tinham uma base étnica³². Por fim, o KGB, revigorado por Andropov, exilou ou reprimiu os melhores talentos da Rússia como (mencionando apenas os que foram galardoados com o Prémio Nobel) Solzhenitsyn, Sakharov e Brodsky; a cultura russa só existia na clandestinidade através dos *samizdat* (publicação clandestina) ou no estrangeiro através da *tamizdat* (publicada no Ocidente). Consequentemente, em meados dos anos setenta, o Mito desapareceu quase por completo para o povo, deixando apenas uma consciência reprimida da Mentira da qual até aí ninguém ousava falar em público.

Assim; no início da década de oitenta, enquanto os gerontocratas iam sendo sucessivamente sepultados na muralha do Kremlin, um manto de trevas e desespero desceu sobre a nação. E então, quando internacionalmente o poder soviético estava no seu zénite, o sistema transformava-se, internamente, num mausoléu de Stalin do tamanho da Eurásia.

IX

Em face destes antecedentes históricos e da lógica estrutural férrea em que assentam, as tarefas da reforma só podem ser hercúleas. Mas os condicionamentos do sistema deixam que as pessoas e a visão necessárias para realizar as reformas possam aparecer? Todo o drama e o dilema da era de Gorbachev reside nesta questão.

Pela primeira vez em 1983, sob a liderança de Andropov, surgiu a percepção de que algo estava seriamente errado no soviétismo. Como chefe

do KGB, Andropov conhecia bastante melhor do que os seus colegas a verdadeira situação e decidiu chamar os especialistas da *intelligentsia*, principalmente economistas e sociólogos da Academia de Ciências, para os consultar sobre os remédios possíveis, tarefa na qual estava envolvido o seu protegido Gorbachev. O resultado deste trabalho foi o *Novosibirsk Report* feito pela socióloga Tatania Zaslavskaia, que argumentou que o sistema soviético de planeamento central se tinha tornado obsoleto, um travão para a produção; e que a sociedade soviética, longe de ser uma unidade harmoniosa, estava dilacerada por conflitos de interesses, tanto dos governantes como dos governados — uma análise que implicava a necessidade de uma reestruturação radical com vista à sobrevivência. Este documento, que chegou às mãos da imprensa ocidental no ano fatal de 1984, alertou pela primeira vez o mundo para o fim iminente da estabilidade soviética³³. No início do seu mandato como Secretário-Geral, Gorbachev pode ser considerado uma réplica de Andropov, apesar de o dirigente mais jovem ter um sentido de crise mais apurado, e uma consequente maior vontade de arriscar a experiência. O programa inicial da *perestroika*, como uma reforma económica controlada de cima para baixo rapidamente se reorientou em várias direcções, sob a pressão dos acontecimentos. Em breve, a *perestroika* passou a significar uma «reforma radical» e, depois, uma «mudança revolucionária». Foram acrescentadas ainda outras políticas: o «novo pensamento», ou entrincheiramento nas relações externas, e internamente a «aceleração», a *glasnost* e a «democratização». É nesta sequência histórica que o seu percurso será aqui examinado. Quando Gorbachev lançou a *perestroika*, em Abril de 1985, esta tinha o objectivo relativamente limitado de produzir uma rápida aceleração, ou *uskorenie*, da actividade económica nacional; o seu método era semelhante ao de Andropov: partia da actividade administrativa de cima para baixo, em consulta com os peritos da *intelligentsia* e operando dentro das estruturas existentes do plano e dos ministérios. Pois, *perestroika* significa, literal e simplesmente, modernização de um edifício, ou *stroika*, que é, também, a raiz do termo russo para a «construção» do socialismo. Por isso, enquanto trazia para Moscovo Zaslavskaia e o economista de Novosibirsk, Abel Aganbegyan, a sua orientação básica era estimular os empanados mecanismos de produção soviéticos através dos métodos administrativos clássicos de exortação e reorganização burocrática. Um exemplo do primeiro contratempo é a sua campanha contra o alcoolismo, em 1986. Esta medida teve um efeito perverso, pois aumentou o défice orçamental devido a uma considerável quebra na venda de vodka, que passou para a economia subterrânea. Um exemplo do segundo contratempo é o «controle de qualidade» de produtos industriais feito por inspectores estatais, cujo poder para recusar mercadorias de qualidade inferior e, por isso, também para baixar os rendimentos das empresas, gerou insegurança tanto entre os empresários como entre os trabalhadores. Além disso, Gorbachev reagrupou ministérios e substituiu

quadros numa escala nunca vista desde Stalin. Em resultado disto, no Outono de 1986, emergiu uma forte resistência do aparelho a mais mudanças, quer de política, quer de pessoal³⁴.

Gorbachev iniciou então uma segunda política — a glasnost — no que foi aconselhado pelo seu teórico-em-chefe Alexander Yakovlev, que se tornara um conhecedor das vias ocidentais modernas durante a década em que foi embaixador no Canadá, uma experiência que acentuou a sua avaliação do atraso da Rússia, e que o familiarizou com técnicas de televisão contemporâneas necessárias ao estímulo da inovação. Ao escolher este novo rumo, Gorbachev foi guiado por duas considerações. Por convicção, reconheceu que uma economia dinâmica não podia ser construída com uma população passiva, isolada do conhecimento do mundo moderno, ignorante mesmo das condições reais da própria União Soviética — por exemplo, as circunstâncias que originaram Chernobyl. A glasnost era, pois, suposto dar energia à nação. Por outro lado, por razões de tática política, apostou a fundo na capacidade da «intelligentsia criativa» para o recalcitrante aparelho aceitar a reforma.

Para assinalar esta mudança, e para garantir à intelligentsia que podia falar sem receio, fez um dramático telefonema a Sakharov, para o chamar do exílio, em Dezembro de 1986. Durante os dezoito meses seguintes a *intelligentsia* liberal começou a criticar as doenças da sociedade, tanto na imprensa como na televisão, e a preencher os «espaços vazios» (na expressão de Gorbachev) do passado soviético, com um fervor que lhe advinha de vinte anos de frustração, desde o anterior degelo, no tempo de Khrushchev. Fizeram-no com a máxima paixão, já que somente assumindo os erros do passado podiam atacar os problemas daí resultantes para o presente³⁵.

No decurso desta explosão da glasnost, tanto Gorbachev como os seus apoiantes radicalizaram posições, à medida que encontravam resistência das forças «conservadoras» (ou mais especificamente, socialistas à maneira antiga), lideradas por Ligachev. Uma nota de desespero introduziu-se no debate, de ambos os lados. Ligachev e os seus aliados asseveravam que o criticismo da *intelligentsia* liberal estava a conduzir o país à ruína, minando as instituições e os valores que tinham construído o socialismo e ganho a «Guerra Patriótica». Gorbachev e os seus apoiantes responderam que a situação tinha ido tão longe que já não era possível uma «alternativa à *perestroika*»: continuar as políticas de estagnação conduziria rapidamente a uma economia obsoleta, à perda do estatuto de superpotência e, por fim, à morte do sistema. Como disse Yakovlev no início de 1989, de forma mais temerária do que alguma vez Gorbachev ousaria, «provavelmente, não temos mais do que dois ou três anos para provar que o socialismo leninista pode funcionar»³⁶. Assim, em 1987 e 1988, a campanha inicialmente confiante da *perestroika* de 1985 começou a aparecer como uma aposta desesperada, como uma corrida contra o tempo; e, em 1989, os problemas adquiriram uma aura de crise

de sobrevivência, que fazia lembrar, embora de modo diferente, os anos de desastre de 1921, 1932 e 1941.

A torrente de ingenuidade provocada pela *glasnost* produziu, de facto, as consequências de que se queixavam os conservadores, e de um modo mais radical do que durante o degelo de Khrushchev. Cada nova revelação de crimes e desastres do passado fazia mais para dessacralizar o sistema aos olhos do povo do que para o estimular para novos esforços. E isto acontecia ainda mais completamente por o Mito estar há muito morto, especialmente entre os jovens. A consciência reprimida da Mentira transbordava num ritmo crescente, desde a publicação do brando romance de Anatoli Rybakov, *Crianças de Arbat*, em 1986, até ao livro claramente anti-soviético de Solzhenitsyn, *O Arquipélago do Gulag*, publicado em 1989. Neste processo, não foram varridas só as longas décadas de Stalin e de Brezhnev, foram também postos em causa os próprios fundamentos do soviétismo, as teorias económicas de Marx e as práticas políticas de Lenin. Em 1988, o marxismo-leninismo estava de rastos e, em 1989, foi abertamente denunciado por intelectuais influentes, como o historiador Iuri Afanasiev, como um peso morto na mente da nação³⁷. No meio do tumulto provocado pela *glasnost*, o sistema foi ameaçado por mais um perigo: a crise das nacionalidades e o início da divisão do império. A direcção sabia, desde o início da *perestroika*, que enfrentava um grave problema económico mas, na sua inocência russocêntrica, não reconhecera que tinha pela frente um problema de nacionalidades igualmente grave. Por isso, as greves de massas de Fevereiro de 1988, na Arménia, sobre a questão do Nagorny-Karabakh foram uma surpresa total, um «Chernobyl moral», como lhes chamou um dirigente soviético. Rapidamente, a agitação autonomista e até, separatista, estendeu-se aos Estados Bálticos, depois, à Geórgia e ao Azerbaijão e, em 1989, à vital Ucrânia. Estes movimentos assumiram por todo o lado a forma de «frentes populares», agrupando todas as classes da população contra o aparelho do Partido (ou, no caso do Báltico, tomando virtualmente conta do Partido), um padrão remanescente do «duplo poder» que existira entre os *soviets* — ou conselhos de trabalhadores -- originais e o Governo Provisório em 1917. A causa desta repentina explosão vem do mesmo processo de dessacralização que estava a minar todas as instituições soviéticas. A ficção de que o Partido-Estado era uma «união» federal era talvez a mais egrégia forma da Mentira, pois todas as repúblicas fronteiriças tinham de facto sido conquistadas pela região central da Grande Rússia desde 1920, e os Estados Bálticos e a Ucrânia Ocidental tinham sido anexados apenas em 1939-1944, a partir de um pacto feito com Hitler. Quando a liberdade de criticar libertou estas populações fronteiriças do medo, o resultado foi um levantamento nacional e contra o Partido; para elas a *perestroika* passou a significar «soberania», termo pelo qual queriam, de facto, dizer independência.

Com este perigo somado a todas as outras tensões originadas pela *glasnost*, os socialistas da velha guarda, ou conservadores, redobram esforços para manter o controle do aparelho, onde o Secretário-Geral ainda não tinha uma maioria incontestável, desde o *Politburo* até à base. Dados os condicionamentos da disciplina partidária, esta resistência só se podia exprimir publicamente de forma oblíqua mas, nos bastidores, travava-se uma guerra civil sem sangue, como os liberais lhe chamaram. As suas expressões mais abertas foram a exclusão de Boris Yeltsin, chefe do Partido de Moscovo, no Outono de 1987, e o manifesto nacional-comunista anti-Gorbachev, publicado em boa parte da imprensa na Primavera de 1988, e conhecido como a «Carta de Nina Andreeva».

Em resposta a estas pressões, o Secretário-Geral passou a uma terceira e ainda mais revolucionária política: a democratização. Divulgada pela primeira vez no início de 1987, significava uma dupla, ou múltiplas candidaturas em eleições e mandatos de duração limitada em todos os cargos do Partido, do Estado e dos *soviets*. Esta política começou por ser aplicada no Partido através da convocação de uma Conferência Extraordinária do Partido (um mini-Congresso), em Junho de 1988, num esforço para ganhar finalmente a maioria necessária para uma nova tentativa de reforma económica. No entanto, este mecanismo, tal como a *glasnost*, ultrapassou-se a si próprio e não conseguiu os resultados que se tinha proposto. A conferência não obteve a maioria de delegados pró-reforma necessária para levar a cabo a depuração dos «pesos-mortos» do aparelho, mas iniciou a politização das classes inferiores russas, já que os trabalhos da conferência, em parte transmitidos pela televisão, revelaram que o Partido, em tempos monolítico e misterioso, era um corpo discordante e falível dominado por interesses egoístas.

Tendo falhado na revitalização do Partido, Gorbachev acentuou a democratização no ano seguinte para reanimar a hierarquia dos corpos administrativos do Estado, os *soviets*. Recuperando a palavra de ordem de 1917, «todo o poder aos *soviets*», tentou dar uma vida política real a ambas as metades do sistema de administração dual, em que todo o poder, desde Lenin, pertencia ao Partido. Mais uma vez, as suas motivações eram mistas. Estava em primeiro lugar o seu leninismo — de modo algum uma mera invocação ritual — que ostentava como a capacidade pragmática de adaptar rapidamente a política à mudança de circunstâncias e como a constante vontade de arriscar. Depois, a democracia, como a *glasnost*, era necessária para galvanizar a população para a *perestroika*. Mas, acima de tudo, procurou dotar-se de uma estrutura de poder paralela à do aparelho. Fê-lo, em parte para não poder ser deposto por um golpe do Comité Central, como acontecera com Khrushchev, em 1964 — um precedente que todos tinham presente — e, por outro lado, para ter nas suas mãos um instrumento independente para realizar os seus programas económicos³⁸. E, como alguns soviéticos notaram, este esforço para ultrapassar a velha guarda com um poder paralelo era remanescente, *mutatis mutandi*, do modo como Stalin tinha

usado o NKVD contra o Partido. Este segundo *round* da democratização excedeu a sua meta numa escala bastante superior à do primeiro. Isso tornou-se evidente nas eleições para o Congresso dos Deputados do Povo, em Março de 1989, cuja tarefa era criar uma forte presidência executiva para Gorbachev e eleger um *Soviet* Supremo, ou parlamento nacional, com algum poder legislativo, ao contrário do seu antecessor. Contudo, o resultado inesperado destas eleições foi a estrondosa derrota, que sofreu não apenas o aparelho, como Gorbachev desejava, mas também o Partido, como instituição. Pela primeira vez em setenta anos, a população pôde dizer não a candidatos oficiais, e fê-lo, pelo menos nas grandes cidades, em larga escala. Consequentemente, a «correlação de forças» no país mudou radicalmente: o Partido, que até aqui inspirava medo ao povo, passou repentinamente a receá-lo e a desmoralização instalou-se nas suas fileiras.

Este efeito foi acentuado nas reuniões do Congresso, transmitidas em directo pela televisão durante duas semanas, em Maio e Junho. E certo que Gorbachev foi eleito presidente e ficou protegido de um golpe do Partido. Conseguiu também a escolha de um novo *Soviet* Supremo – que é mais uma assembleia consultiva do que uma câmara legislativa – que defendesse as suas posições.

Mas o modo autoritário como forçou estas eleições no Congresso fez com que a sua popularidade, já reduzida devido aos problemas económicos e étnicos engendrados pela *perestroika*, atingisse o seu nadir; Gorbachev também estava dessacralizado e era tido apenas como um *apparatchik* maior. Para além disso, os delegados liberais, apesar de minoritários, dominaram os trabalhos com uma barreira de tomadas de posição acerca de todos os males que afligiam o país: a pobreza, o abominável serviço de saúde, a crescente taxa criminal, os desastres ecológicos, a desintegração económica, o «império secreto» do KGB – como um deputado ousou chamar-lhe – e a corrupção do Partido. O resultado bruto do Congresso foi, nas palavras de outro deputado, «a desmistificação do poder». Assim, a palavra de ordem de Gorbachev «todo o poder para o povo» –, que era inicialmente demagógica, começou a adquirir algum conteúdo real. Primeiro que tudo o Congresso produziu e organizou a oposição de esquerda a Gorbachev, na forma do Grupo Inter-regional, liderado por figuras como Sakharov, Yeltsin, Afanasiev e o economista Popov, uma oposição leal, mas nem por isso deixava de insistir em que a verdadeira *perestroika* ainda estava para vir. Ainda mais ousadamente este grupo quebrou o tabu supremo do comunismo e pediu o fim do papel dirigente do Partido³⁹. Simultaneamente, os debates do Congresso produziram uma politização das populações da Grande Rússia e da Ucrânia, quase tão intensa como a das nacionalidades fronteiriças. E, como o Congresso não dava soluções concretas aos problemas que os seus debates tinham divulgado, em Julho, a população começou a tomar os assuntos nas suas próprias mãos. O país foi varrido por uma onda de auto-organização de baixo para cima; apareceram nas cidades da Rússia e da Ucrânia frentes

populares e sindicatos embrionários. Deste modo, a «sociedade civil» (como a oposição chamava a estas formações) começou a emergir pela primeira vez desde que tinha sido suprimida em 1918. Em algumas áreas, este movimento tomou a forma de «duplo poder», como alguns radicais asseveraram, um fenómeno cujas mais visíveis e espectaculares manifestações foram as greves dos mineiros de Kuzbas e do Donbas, em Julho de 1989.

X

No meio de tudo isto, o que é que tinha sido cumprido, na esfera económica, para produzir a esperada «aceleração», que fora o ponto de partida da *perestroika*? Á resposta curta é: pouca coisa. Ou, mais precisamente: as medidas tomadas conduziram a uma clara deterioração da situação.

O programa económico de Gorbachev consistira até à data, de duas componentes principais, ambas formuladas em 1987⁴⁰. Á primeira foi a criação de pequenas «cooperativas» — na realidade investimentos privados — no sector de serviços. Mas o impacto deste sector cooperativo foi irrisório, já que os seus serviços eram cotados muito acima do poder de compra do salário mensal médio da maioria da população — duzentos rublos. Estas empresas tomaram-se o foco da hostilidade popular contra a reforma económica em geral, pois qualquer forma de economia de mercado é vista pelo «povo» — como o tornaram claro os mineiros, durante a sua greve — como uma forma de beneficiar os «especuladores» e os privilegiados — uma reacção em perfeita conformidade com o igualitarismo socialista que o regime inculcou na população durante décadas. Além disso, as cooperativas eram perseguidas pela burocracia estatal, cujo monopólio ameaçavam, e eram frequentemente ou obrigadas a pagar protecção ou tomadas pelas Mafias da economia subterrânea.

A segunda componente da reforma económica de Gorbachev é a lei das empresas estatais permitindo a «autogestão» e o «autofinanciamento». Se fossem efectivamente aplicadas, estas disposições reduziriam significativamente o papel do *Gosplan* e o dos ministérios centrais, utilizando os seus interesses próprios para corrigir o predomínio das directivas administrativas. Esta reforma é, pois, um esforço para regressar ao espírito — se não às instituições — da NEP, e à sua política de *khovraschyot*, isto é, de gestão empresarial e de responsabilização da empresa estatal. Por outras palavras, é uma variante das meias-medidas do comunismo de linha branda, aplicado periodicamente na história soviética, desde Bukharin até Eugeni Varga, logo após a Segunda Guerra Mundial, e a Kosygin mas que nunca foram efectivamente postas em prática porque ameaçavam o «papel dirigente» do aparelho do Partido.

E, na verdade, mais uma vez, a legislação aplicável às empresas estatais ficou «letra morta» desde a data em que entrou em vigor, em Janeiro de 1988, porque a resistência silenciosa de legiões de *apparatchiki* manteve

a indústria operando a 90% por encomendas do Estado — isto é, de acordo com o velho Plano⁴¹.

A *perestroika* económica de Gorbachev falhou também noutros domínios, mas desta vez sem que tivesse realmente tentado produzir um programa. Na agricultura, Gorbachev falou repetidamente em arrendamentos de terra a longo prazo — até cinquenta anos — aos agricultores. Mas esta proposta não foi a lado nenhum em parte devido à resistência da enorme burocracia dos *kolkhozes* e, por outro lado, porque os agricultores tinham já visto tantas e tão diferentes reformas agrárias impostas de cima para baixo que não acreditaram que o regime respeitasse os arrendamentos, qualquer que fosse a sua duração, e, daí, não aceitavam a meia-oferta do governo.

Assim, Gorbachev encontra-se numa posição bastante mais difícil do que os seus antecessores na reforma económica. Já não tem a opção que Lenin teve em 1921, no início da NEP, ou que teve Deng Xiaoping, em 1979, de reanimar rapidamente a produção agrícola e artesanal garantindo um mercado livre aos agricultores, que constituíam 80% da população. Os camponeses russos agora desproporcionadamente envelhecidos e representando apenas 35% da população, foram demasiadamente dizimados e desmoralizados por mais de sessenta anos de colectivização para poderem responder a quaisquer iniciativas do tipo NEP. Consequentemente, Gorbachev foi obrigado a iniciar a sua *perestroika* com a indústria, onde a transição para o mercado é bastante mais difícil do que na agricultura. Aqui, o próprio sucesso de Stalin na urbanização da Rússia criou uma barreira de aço ao progresso.

Outra barreira semelhante é a política monetária e financeira. Pesados subsídios estatais para manter baixos preços de retalho, com o fim de manter em funcionamento fábricas que não são rentáveis, assegurar o pleno emprego e garantir a segurança social — o que alguns especialistas ocidentais chamam o contrato social entre o regime e o povo — não podem ser abolidos sem desencadear a inflação e uma explosão social. Mas se estes subsídios não forem abolidos ou, pelo menos, reduzidos, a economia não pode avançar para os preços reais, e sem preços reais, o Plano não pode ser diluído pelo mercado ou pela privatização, nem o rublo se pode tornar convertível para reintegrar a Rússia na ordem internacional. E, sem movimento nestas direcções, a economia não pode ser reanimada. Por isso, a alternativa para Gorbachev é ou a estagnação económica através de subsídios, ou uma sublevação social através de preços reais.

A *perestroika* enfrenta, também, outros problemas: as infra-estruturas e a reserva de capital criadas durante décadas de desenvolvimento extensivo estão a acabar. Em Outubro de 1989, o primeiro-ministro Ryzhkov, numa comunicação ao país pela televisão, advertiu que o sobrecarregado sistema de caminho de ferro (a Rússia vive ainda basicamente na era do caminho de ferro) estava a entrar em colapso. O enorme plano metalúrgico nacional está ultrapassado e não é rentável. A

habitação e os edifícios administrativos estão degradados e por vezes próximos do desmoronamento. O extraordinário número de «acidentes» industriais, desde Chernobyl até ao gasoduto e à explosão de comboios em Junho de 1989, são geralmente causados por falha técnica ou negligência criminosa. Todo este equipamento exausto tem de ser restaurado ou substituído e a maior parte da força de trabalho reciclada e remotivada.

Também os armazéns têm de ser reabastecidos. Sob as actuais condições de colapso e penúria, as mercadorias disponíveis ou são açambarcadas legalmente pelas empresas estatais, para abastecer os seus trabalhadores, ou desaparecem ilegalmente para a economia subterrânea. Mas à falta de importação massiva de mercadorias estrangeiras, voltar a encher as prateleiras é uma tarefa impossível, já que décadas de investimentos e de subsídios desperdiçados, e de cunhagem de moeda para os financiar deram origem a um enorme défice orçamental e a rápida inflação — ambos «descobertos» ou admitidos pelo Governo apenas no final de 1988. Como consequência, há um movimento crescente de troca de rublos por dólares e para a troca em géneros, um fenómeno que pressagia o colapso do mercado de consumo.

Sob tais condições de quase ruptura, qualquer transição para preços reais, autogestão e autofinanciamento, estão fora de questão num futuro próximo, pois os velhos reflexos do sistema de direcção administrativa persistem, quanto mais não seja para assegurar um mínimo de ordem. Assim, a reforma do mercado tem sido adiada sucessivamente e está agora prevista para, mais ou menos, os meados da década de noventa. Na realidade, qualquer tipo de *perestroika* económica tem sido empitada desde o início de 1988.

Em geral, o balanço de mais de quatro anos e meio de *perestroika* demonstra, sobretudo, que as meias-reformas introduzidas até agora, desajustaram as velhas estruturas económicas, sem as substituir por outras. Neste aspecto, a *perestroika* assemelha-se às primeiras meias-reformas que falharam na Europa Central: as reformas de autogestão, em 1982, do general Jaruzelsky, a de autofinanciamento, em 1987, na Polónia, e, ainda, as falhadas meias-reformas do Novo Mecanismo Económico, na Hungria. No entanto, apesar da evidência desta acumulação de insucessos, Gorbachev tenciona permanecer no híbrido e fictício «socialismo de mercado», tal como o seu principal conselheiro económico, Leonid Abalkin, tornou claro, em Novembro de 1989, lançando um plano actualizado de alegada «transição» para sair do estatismo⁴².

Para além disso, o presente impasse da *perestroika* assemelha-se, cada vez mais, ao reverso da NEP soviética. A NEP assistiu à repressão progressiva da sobrevivente economia de mercado pré-revolucionária pela nascente ambição de poder do Partido-Estado. A *perestroika* de Gorbachev é testemunho da tenaz resistência de uma envelhecida, mas massiva, estrutura do Partido-Estado, contra um mercado titubeante mas corrosivo. Se foi fácil a passagem brutal de uma economia de mercado

para uma economia dirigida, é extremamente difícil fazer a transição inversa. Entre Gorbachev e uma neo-NEP está uma enorme massa de sucessos stalinistas decadentes, enquanto que entre Lenin e a primeira NEP estavam apenas os destroços do Comunismo de Guerra. Assim, Gorbachev fica com o pior de dois mundos possíveis: um antigo, que recusa morrer, e um novo, sem força suficiente para nascer.

Este falhanço da *perestroika* económica coincide com o crescente sucesso da *glasnost* e do progresso da democratização e da politização da população. O resultado é um novo tipo de «crise de tesoura», para usar uma metáfora de Trotsky, durante a instável NEP, para descrever a curva ascendente dos preços industriais, quando comparados com a curva descendente dos preços agrícolas. A semelhança disso, sob a instável neo-NEP da *perestroika*, a curva da *glasnost* e da politização está a tornar-se perigosamente alta e a da reestruturação económica catastroficamente baixa⁴³. Assim, a *perestroika*, tal como a sua antecessora, arrisca-se a ser destruída pela crescente abertura das tesouras, a não ser que sejam tomadas rapidamente enérgicas medidas de emergência.

No final do Outono de 1989, Moscovo começou a ouvir rumores sobre um golpe. Outros boatos, mais plausíveis, especulavam sobre um iminente estado de emergência ou uma forma mitigada de lei marcial (*osoboe polozhenie*). Para todos, a sociedade parecia estar à deriva, em desordem. O medo da autoridade estatal tinha desaparecido quase por completo durante o Verão, após o Congresso, levando consigo a capacidade do regime para governar. Quando o exilado Andrei Amalrik há vinte anos atrás publicou o seu livro, *A União Soviética sobreviverá até 1984?*, a questão que punha foi recebida com incredulidade e até ridicularizada⁴⁴. Pode, no entanto, acontecer que se tenha apenas enganado em alguns anos.

No meio de tudo isto, o que é feito de Gorbachev, pessoa em quem o Ocidente concentra a sua atenção e as suas esperanças? Para o mundo exterior, passa por ser um dirigente ousado e decidido, um agitador e um perturbador de grande estatura, especialmente nas relações internacionais. Contudo, visto de Moscovo, após a sua primeira iniciativa de desencadear o dilúvio da *perestroika*, começou a parecer mais uma figura reactiva do que uma figura activa, um homem cada vez mais incapaz de tomar posições políticas fortes nas duas questões cruciais do seu reinado: a economia e as nacionalidades.

Em vez disso, aparece essencialmente como um tático que só se sente completamente à vontade quando faz manobras no Partido, depurando o *Politburo* de adversários conservadores, como o antigo chefe do KGB, Chebrikov, ou o chefe do partido ucraniano Shcherbitsky, no Outono de 1989, andando da esquerda para a direita e em sentido inverso nos debates do novo *Soviet Supremo*. De facto, quando cedeu completa e imediatamente às exigências dos mineiros, em Julho de 1989, pareceu francamente fraco. De resto, age como se os seus problemas económicos

pudessem ser resolvidos politicamente. Contudo, já que o caminho directo para a *perestroika* económica lhe está vedado pelo bloqueio estrutural, esta rota política mais simples da *glasnost* e da democratização é a única possível.

Além disso, nem parece ser capaz de se decidir se é Chefe do Estado ou chefe da oposição. Para citar um comentador soviético: tenta ser ao mesmo tempo Lutero e o Papa⁴⁵. Mas, numa situação tão contraditória, apesar de todos os seus feitos políticos, pode acabar por se tornar apenas no último aprendiz de feiticeiro do soviétismo.

XI

É evidente que 1989 entrará na história como o ano do início da crise terminal do comunismo, o ano da segunda «Grande Ruptura», mas na fase descendente, e não ascendente, da utopia no poder; isto não se passa somente na Rússia, mas desde o Báltico ao Mar da China e desde Berlim a Beijing.

E, também, evidente que tanto a *perestroika* como a *glasnost*, bem-vindas nas suas intenções, na prática só agravaram a crise sistémica que eram supostas aliviar. Isso aconteceu porque, tal como todas as formas de comunismo brando, vão contra a lógica do sistema que tentam salvar.

A contradição interna da *perestroika* está na forma como Gorbachev tenta promover um comunismo brando através de estruturas e de uma população programadas para um comunismo de linha dura. Mas este último é a única variante genuína do soviétismo, porque a sua essência está na supremacia do Partido. Portanto, o instrumento da reforma de Gorbachev — o Partido -- é simultaneamente a primeira causa das dificuldades soviéticas. Adoptando um diagnóstico de Alexander Herzen sobre os primeiros revolucionários, o Partido não é o médico, é a doença. Qual é a saída para esta contradição? Como dizia um reformador soviético depois do Congresso de Junho, «o país está agora numa encruzilhada. A partir daqui, tanto podemos seguir a via chinesa, como a polaca ou a húngara». Apesar do orador, obviamente, preferir a segunda via, a sua alternativa pode ser considerada uma escolha hobsoniana.

Desde Junho de 1989, a via chinesa é uma relativa — embora actualmente em declínio — prosperidade de mercado, sob um regime de repressão política e militar. A repressão é seguramente uma possibilidade na Rússia, mas a prosperidade do mercado está praticamente fora de questão no horizonte visível. Ao contrário, a via polaco-húngara significa uma verdadeira democracia, mas está a ser tentada no meio de uma crise económica tão severa que ameaça a sobrevivência da nova ordem constitucional. Na Rússia, a crise económica é ainda pior do que na Polónia ou na Hungria mas a democracia real, por oposição à mera democratização, não está sequer em agenda. Portanto, a via russa pode muito bem combinar o pior dos cenários chinês e da Europa Central: falência económica conjugada com um inexpugnável papel dirigente do Partido. Na verdade, as três vias da reforma comunista (podemos deixar

de fora as congeladas Albânicas, como a Roménia, Cuba e a Coreia do Norte) parecem terminar sempre num ou noutro tipo de impasse. Desta forma, o totalitarismo leninista mostra outra faceta que o distingue do autoritarismo vulgar. Como os radicais polacos descobriram no princípio dos anos oitenta, quando procuravam os modelos possíveis de liberalização, nem o pós-franquismo, em Espanha, nem o Chile pós-Pinochet podiam servir de exemplo. Nesses países, a transição para a democracia foi possível porque eram somente autoritarismos políticos e não monólitos económicos, sociais e ideológicos. E, bem entendido, tinham uma economia de mercado, de modo que, quando acabou a tirania política, a sociedade civil, que nunca fora destruída, pôde emergir completamente à luz do dia. Mas os regimes leninistas, quando iniciam o seu declínio final, só parecem capazes ou de implodir, tal como na Polónia, na Hungria ou na Alemanha Oriental, ou de recorrer ao militarismo, para travarem a implosão, tal como Deng Xiaoping em 1989, ou o seu modelo favorito, o general Jaruzelsky, em 1981.

Quer implodam quer fiquem suspensos à espera da luta final, tudo o que deixam para trás são detritos sociais e económicos que dificilmente constituirão as fundações necessárias à construção de uma sociedade «normal», o nome que os polacos dão à sua sociedade pós-leninista. E os dirigentes do Solidariedade estão efectivamente conscientes do enorme risco que correm ao assumir o poder em tais condições. No entanto, não podem senão tentar, já que, após o fracasso da tentativa de Jaruzelsky em se tornar um Kádár polaco — isto é, repressão seguida de uma reforma económica liberalizadora —, o Partido, e o país, estavam na bancarrota.

XII

Este terrível impasse no final da utopia no poder é a consequência lógica das estruturas construídas por esse poder. O projecto impossível de Lenin e Stalin só era sustentável enquanto os recursos humanos e materiais em que o sistema se baseava mantivessem a vitalidade suficiente para suportar o peso do regime, e enquanto pelo menos alguma medida de sucesso material aguentasse a posição monopolista do Partido. Mas quando estas condições deixaram de existir, o que começou com a abertura de Deng Xiaoping, em 1979, e a revolta do Solidariedade, em 1980, a vontade de poder dos partidos comunistas começou a enfraquecer e o medo das populações começou a desaparecer. Rapidamente se tornou necessário, para a sobrevivência do Partido-Estado soviético, o recurso a expedientes, como a *perestroika* ou a *glasnost*, que não passam de pálidos substitutos do mercado e da democracia, meias medidas tomadas para fazer a quadratura do círculo em que as forças vivas de uma sociedade civil ressurrecta se tornam compatíveis com o papel dirigente do Partido. Só que a quadratura deste círculo não existe. Se o mercado e a privatização são os objectivos económicos das reformas nos países comunistas, então o planeamento

do Partido torna-se supérfluo e parasitário. Se o multipartidarismo, as eleições livres e o Estado de direito são os objectivos políticos da reforma nos países comunistas, a administração dual do Partido-Estado torna-se supranumerária e prejudicial.

O Partido não é um partido, no sentido comum de uma associação que concorre a eleições num regime de alternância num Estado de direito.

O Partido é, antes de mais, uma sociedade automeada para o exercício do monopólio do poder. Só tolera os partidos normais como um expediente temporário, como satélites, ou frentes, quando o clima político é de tempestade. Do mesmo modo, a administração dual do Partido-Estado não é um Estado normal, mas um instrumento especial criado pelo Partido para actuar como correia de transmissão das suas políticas para a população, através da *nomenklatura*.

Um tal Estado não pode ser transformado numa comunidade política normal pela simples legalização de outros partidos, dado que estes não terão o mesmo acesso que o Partido tem a todas as estruturas monopolistas do aparelho estatal, desde a polícia à imprensa. Nem o planeamento socialista é um caminho alternativo para reorganizar a economia; é a negação da economia, a sua morte como uma esfera separada da actividade humana por meio da sua subordinação a imperativos políticos e ideológicos. É esta amálgama total, este mundo verdadeiramente surrealista que resume o sacrossanto dogma do papel dirigente.

Este papel é, na sua essência, inimigo de todos os objectivos da reforma agora apregoados em toda a União Soviética e na Europa Central, tais como a *glasnost*, a democratização ou as eleições multipartidárias. Todas estas reformas pressupõem que existe uma terceira via, um caminho intermédio entre aquilo a que os ideólogos chamam o socialismo e o capitalismo, e que os habitantes do Leste designam como o soviétismo e «sociedade normal». Mas não existe uma terceira via entre o leninismo e o mercado, entre o bolchevismo e o governo constitucional. O mercado e a democratização fazem reviver a sociedade civil e esta requer um Estado de direito. Mas uma sociedade civil sob um Estado de direito é incompatível com a preservação de um papel dirigente fora da lei.

Deste modo, a certa altura, acabará por se atingir a linha vermelha em que as reformas atravessam o ponto que as leva à liquidação do papel dirigente do Partido e de todas as suas estruturas.

Tanto a Rússia como a Europa Central estão agora a atingir essa linha crítica. O falso problema de como reconstruir o leninismo deu lugar ao verdadeiro problema de como desmantelar o sistema, ou como encontrar, por fim, uma saída do comunismo. A *perestroika* não é uma solução, mas uma transição para essa saída. Tal como Milovan Djilas previu no início da *perestroika*: o comunismo não se está a reformar a si próprio, está a desintegrar-se⁴⁶.

XIII

Até agora, o único país que abertamente colocou o problema da saída do comunismo foi a Polónia. Á Hungria, até à data, só em palavras desistiu do comunismo e do papel dirigente e ainda não realizou eleições livres. A mudança de nome do Partido para «socialista» provocou uma queda de setecentos mil para trinta mil membros; mas este partido abalroado ainda controla todos os trunfos institucionais do velho Partido-Estado e tem por objectivo manter alguma forma de socialismo. Mas a Polónia já atravessou a linha vermelha, com um governo dirigido pelo Solidariedade, que tem como objectivo uma economia de mercado, o desmembramento da *nomenklatura* e a descomunização do exército, da polícia e da administração pública — em resumo, o fim, de facto, e não somente na lei, do papel dirigente e de todo o sistema comunista.

Mas mesmo na Polónia, todas as estruturas e o poder coercitivo continuam nas mãos do Partido e o ministério do Solidariedade prossegue a des-sovietização cautelosamente, temendo provocar uma «reação à la Kabul», um *bunker* defensivo, entre os dois milhões de membros do Partido. Simultaneamente, os sindicatos oficiais, maiores do que o Solidariedade operário, estão a explorar demagogicamente os reflexos socialistas criados por quarenta anos de soviétismo para «defender os direitos dos trabalhadores» contra as políticas de mercado livre defendidas pelo governo do Solidariedade. Esta tentativa de desestabilização não é difícil de promover no meio do descalabro económico que a inesperada implosão do Partido, durante as eleições de Junho último, deixou atrás de si. (Estas eleições foram acordadas com o Solidariedade na mesa-redonda do Inverno anterior e destinavam-se a dar ao Partido um fôlego de mais alguns anos). Com estas condições de instabilidade, o mais antigo e lúcido crítico do comunismo polaco, Stefan Kisielewski, conclui que serão necessários vinte anos para des-sovietizar as mentalidades e as instituições polacas⁴⁷.

Portanto, no momento em que abrimos os olhos de espanto perante a mais espantosa das implosões de todo o comunismo, a queda do muro de Berlim, em Novembro último, e a revolta de Praga, que se lhe seguiu, não devemos concluir que as estruturas cimentadas ao longo de tantos anos possam ser transformadas por uns tantos decretos reformadores. A rapidez revolucionária de 1989 não deve criar a ilusão de que a saída do comunismo, anunciada por estes acontecimentos, será também um processo rápido.

E o caso mais difícil de todos será o da União Soviética. Aí, ao contrário da Europa Central, o problema real do desmantelamento, e não da reforma do comunismo, ainda não foi posto, nem mesmo pelo Grupo Interregional de Deputados do Povo: ao fim e ao cabo, a Rússia tem setenta e não quarenta e cinco anos de soviétismo. Além disso, o Partido soviético é uma instituição nacional, não uma imposição do exterior, e tem raízes profundas no sucesso patriótico da Segunda Guerra Mundial. Finalmente, este partido nacional-imperial tem o aparelho militar de uma

superpotência. E certo que Gorbachev está a recuar face à sobre-extensão global da era de Brezhnev. E também verdade que, na sequência das eleições polacas de Junho, das reformas do partido húngaro e da *Zusammenbruch* da Alemanha Oriental e da Checoslováquia em 1989, Moscovo aceita a inevitabilidade da finlandização da Europa Central, ou a autonomia nacional dentro do Pacto de Varsóvia e, possivelmente, também alguma cooperação à maneira do tratado de Rapallo com a Alemanha Ocidental para revitalizar as economias arruinadas da região. No entanto, o orçamento militar soviético não diminuiu significativamente, nem cessou a modernização do seu arsenal militar. E estas circunstâncias conferem ao papel dirigente do Partido da União Soviética uma força que os seus irmãozinhos não tinham.

XIV

Voltemos às questões iniciais: Gorbachev pode ter êxito? Devemos ajudá-lo? Hoje em dia a posição oficial dos Estados Unidos, de acordo com o presidente Bush, é a de que Gorbachev é um «reformador genuíno» e que «todos queremos o sucesso da *perestroika*». Esta posição implica, pelo menos, apoio moral. Mas, para responder concretamente a estas questões, é necessário reformulá-las tal como se fez para as questões sobre a indispensabilidade de Stalin. Êxito em quê? Ajudá-lo a fazer o quê? Se o sucesso da *perestroika* significa a produção de um sistema comunista que é economicamente eficiente e politicamente democrático, a resposta tem de ser: não. O conhecimento empírico de setenta anos demonstra que as estruturas fundamentais do leninismo chegaram a um impasse inultrapassável nos fins dos anos setenta; e as crescentes contradições da *perestroika* indicam que o sistema não pode ser reestruturado nem reformado, só pode estagnar ou ser desmantelado e substituído por instituições de mercado ao longo de um largo período. Neste caso, qualquer ajuda ocidental ao Estado soviético no sentido de salvar ou melhorar o sistema existente seria fútil: neste domínio, é impossível ajudar Gorbachev. Qualquer ajuda funcionaria contra os reais interesses dos intranquilos povos soviéticos e, portanto, contra a estabilidade internacional. Tal como os créditos ocidentais a Eduard Gierak e ao Partido-Estado polaco nos anos setenta, a ajuda ao governo soviético apenas prolongaria a agonia de todas as partes interessadas. Mas se por sucesso da *perestroika* se entende a transição de um Partido-Estado e de uma economia dirigida para a democracia e o mercado, então a resposta, infelizmente, continua a ser: não. Em primeiro lugar, porque essa mudança não está nos objectivos da *perestroika* de Gorbachev; o seu objectivo é salvar o que pode ser salvo do sistema existente através de meias concessões às realidades económicas e sociais, concessões que, de resto, estão constantemente a ser revistas com a quebra de partes do sistema à medida que o regime improvisa freneticamente na esperança de que qualquer coisa inverta o rumo dos acontecimentos. Segundo, e ainda mais importante, essa transição

acabaria com o princípio cardeal do papel dirigente e, portanto, implicaria a auto-extinção do comunismo, o que claramente não é a intenção de Gorbachev.

Entretanto, os acontecimentos pressionam no sentido de uma eventual viragem para fora do sistema, quaisquer que sejam as intenções da direcção soviética e qualquer que venha a ser o seu principal dirigente. E aqui a ajuda ocidental pode ter um papel construtivo. Em primeiro lugar, a redução do fardo recíproco dos armamentos e tendo em atenção os problemas de segurança, aliviaria a severa crise soviética (embora sem alterar as suas causas estruturais). Gorbachev indicou claramente a sua disponibilidade para reduzir os armamentos, tendo no entanto o cuidado de o fazer de modo a que o recuo internacional da União Soviética não se torne uma debandada.

Em segundo lugar, embora a ajuda ocidental não deva ser destinada à consolidação das instituições económicas do sector estatal, poderiam ser aplicadas no desenvolvimento gradual de estruturas paralelas num sector privado operando segundo as regras do mercado, de modo a promover o pluralismo económico, e, eventualmente, o pluralismo político. Isto podia, por exemplo, tomar a forma de zonas económicas livres, operando sob as condições do FMI, nos Estados Bálticos, na Arménia, ou no Extremo Oriente soviético. Neste caso, a expectativa seria a de que esse sector paralelo, talvez até com a sua própria moeda convertível, acabasse por se expandir por toda a União Soviética.

Esta é, na verdade, a política que o governo de Mazowiecki e o seu ministro das Finanças, Leszek Balcerowicz, estão a tentar aplicar na Polónia. Mas o que Gorbachev aceita para o seu império exterior na Europa Central (onde, na realidade, perdeu o controle dos acontecimentos por volta de 1988), seria muito mais difícil de aceitar no império interior da própria União Soviética, dado que o investimento estrangeiro seria uma ameaça à soberania nacional. Consequentemente, o investimento ocidental, em associação com empresas russas, ou não, terá de se realizar sem triunfalismos sobre a superioridade do capitalismo e tendo na devida conta o orgulho nacional soviético. A ajuda ocidental deveria encorajar a mudança das realidades soviéticas, deixando intactos os velhos rótulos — à procura de um arranjo do tipo imperador-socialista-do-Japão! Contudo, seja qual for o modo como a União Soviética se oriente para a sua via própria para sair do comunismo, o seu percurso por essas rotas desconhecidas será forçosamente longo e penoso. E não será um avanço linear, ou gradual, para a integração numa qualquer «casa comum europeia». Ao contrário, é provável que sejam necessárias mais crises para se proceder a mais reformas, mais reais. Uma tentativa última de evitar a ruína, travando as reformas desestabilizadoras poderia levar à reacção dos militares, tão temida pelos liberais moscovitas. E quem sabe se, neste cenário, Gorbachev terá a agilidade necessária para ser o sucessor de si próprio ou, se a *perestroika* acabar noutro 18 de Brumário, para ser o Bonaparte de si

mesmo. Será difícil substituir Gorbachev, porque a sua reputação internacional é, actualmente, o principal trunfo soviético; no entanto, não podia ser um Bonaparte duro, pois é prisioneiro dos seus sucessos na política internacional.

Obviamente, nenhuma destas perspectivas é animadora e não será fácil para o Ocidente acompanhá-las. Mas é melhor olhar com realismo para as verdadeiras opções do Leste, tal como foram moldadas durante setenta anos de utopia falhada, do que criar fantasias acerca de Gorbachev, como o demiurgo da democracia instantânea, ou acerca do fim dos conflitos na história. Nem devíamos esquecer que o comunismo, apesar de ter sido um desastre em quase todos os domínios criativos, foi sempre supremamente bem sucedido num aspecto: na capacidade e na tenacidade em conservar o seu monopólio de poder. Portanto, a transição do mundo soviético para a normalidade demorará muito tempo, pois o Partido, embora tingido com as cores da *glasnost* e da democratização, agarrar-se-á até ao fim, tal como a túnica envenenada de Nessus, à volta dos corpos das nações que durante tantas décadas envolveu nos seus braços.

12 de Dezembro de 1989

NOTAS

¹ FRANCIS FUKUYAMA, «The end of History?», *The National Interest* (Verão de 1988).

² Cf., por exemplo, JUDY STONE, *The coming soviet crash: Gorbachev's desperate pursuit of credit in western financial markets*, Nova Iorque, The Free Press, 1989, um mau título para um bom livro. O espectro do descalabro financeiro é real, contudo, até agora, Gorbachev recusou a utilização massiva do crédito estrangeiro, com receio de comprometer a independência nacional.

³ Cf., por exemplo, FREDERIC J. FLERON Jr., ed., *Communist Studies and the Social Sciences: Essays on Methodology and Empirical Theory*, Chicago, Rand McNally, 1969; e SUSAN GROSS SOLOMON, *Pluralism in the Soviet Union*, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1983. Ver, também, os ensaios de ERIK P. HOFFAM e ROBIN F. LAIRD, ed., *The Soviet Polity in the Modern Era*, Nova Iorque, Aldine Publishing Company, 1984. Relativamente à tese da «estabilidade» como grande característica comum da União Soviética e dos Estados Unidos, cf. SAMUEL P. HUNTINGTON, *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale University Press, 1968.

⁴ Cf. entre todos, ROBERT E. TUCKER, ed., *Stalinism. Essays in Historical Interpretation*, Nova Iorque, Norton, 1977, especialmente a introdução e as contribuições de S. COHEN e R. TUCKER.

⁵ Tema de um estudo seminal, geralmente penetrante de RICHARD LOWENTHAL, «Development versus utopia in communist policy», in Chalmers Johnson, ed., *Change in Communist Systems*, Standford, Califórnia, Standford University Press, 1970. Uma edição revista deste ensaio, intitulada «Beyond Totalitarianism?», in Irving Howe, ed., *1984 Revisited*, Nova Iorque, Harper and Row, 1983, poderia ainda ser apresentada como a última palavra acerca do soviétismo

imediatamente antes da ascensão de Gorbachev ao poder. No mesmo volume, cf. também a rejeição categórica de MICHAEL WALZER da relevância do conceito de totalitarismo, «On failed Totalitarianism».

⁶ JERRY F. HOUGH e MERLE FAINSDOD, *How the Soviet Union is Governed*, Cambridge, Harvard University Press, 1979. Na realidade, o livro não conservou virtualmente nada do original de Fainsod, *How Russia is Ruled*, Cambridge, Harvard University Press, 1963, que é o depoimento clássico sobre o modelo totalitário. Quanto à urbanização como a suposta chave do soviétismo, cf. MOSHE LEWIN, *The Gorbachev Phenomenon: A Historical Interpretation*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1988.

⁷ Cf. SHEILA FITZPATRICK, ed., *Cultural revolution in Russia, 1928-1931*, Bloomington, Ind., University of Indiana Press, 1978, especialmente os ensaios de S. FITZPATRICK e J. HOUGH; e S. FITZPATRICK, *The Russian Revolution*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1982, especialmente pp. 8, 157 e 159.

⁸ SEWERYN BIALER, ed., *Politics, Society and Nationality Inside Gorbachev's Russia*, Boulder and London, Westview Press, 1989.

⁹ Tema de MIKHAIL HELLER e ALEXANDER NEKRICH, *Utopia in Power*, tradução de Phillis B. Carlos, Nova Iorque, Simon and Schuster, 1985. Publicado inicialmente em russo (Londres, Overseas Press, 1982).

¹⁰ ADAM MICHNIK, «Towards a Civil Society: Hopes for Polish Democracy», *Times Literary Supplement*, 19-25 de Fevereiro de 1988, pp. 188, 198-199.

¹¹ Cf. especialmente os ensaios de PIERRE HASSNER, JACQUES RUPNIK e ALEKSANDER SMOLAR, in GUY HERMET, PIERRE HASSNER, *Totalitarismes*, Paris, Economica, 1984.

¹² PAUL THIBAUD, «Refléxions sur la Décomposition des Communismes», *Notes de la Fondation Saint-Simon*, Julho de 1989.

¹³ LESZEK KOLAKOWSKY, *Main Currents of Marxism*, vol. 3, tradução de P. S. Falia, Oxford, Clarendon Press, 1978, p. 523.

¹⁴ Para um curso rápido de história revisionista sobre 1917 como uma revolução do proletariado, cf. RONALD SUNY, «Toward a Social History of the October Revolution», *American Historical Review*, 88 (1), Fevereiro de 1983.

¹⁵ Cf. THOMAS REMMINGTON, *Building Socialism in Bolchévik Russia: Ideology and Industrial Organization, 1917-1921*, Pittsburg, University of Pittsburg Press, 1984; e SILVANA MALLE, *The Economic Organization of War Communism, 1918-1921*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 1985.

¹⁶ Cf. LASZLO SZAMUELY, *First Models of the Socialist Economic Systems*, Budapeste, Akademiai Kiado, 1974.

¹⁷ ALEC NOVE, *Was Stalin Really Necessary?*, Nova Iorque, Praeger, 1965.

¹⁸ O depoimento clássico sobre esta posição é o de STEPHEN COHEN, *Bukharin and the Bolchevik Revolution*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1980 (1971). Cf. também MOSHE LEWIN, *Lenin's Last Struggle*, tradução de A. M. Sheridan Smith, Nova Iorque, Random House, 1970. A mais sofisticada elaboração sobre esta posição é a de MOSHE LEWIN, *Lenin's Russian Peasants and Soviet Power*, tradução de Irene Nove e John Biggard, Evanston, III, Northwestern University Press, 1968.

¹⁹ Sobre a natureza essencialmente política da Grande Ruptura, cf. sobretudo ALEXANDER GERSHENKRON, *Economic Backwardness in Historical Perspective*, Cambridge, Harvard University Press, 1962. Cf. também, ALEXANDER ERLICH, *The Soviet Industrialization Debate, 1924-1918*, Cambridge, Harvard University Press, 1960.

²⁰ ROBERT CONQUEST, *The Harvest of Sorrow*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1986. O melhor trabalho em geral sobre todo o período estalinista é de ADAM B. ULAM, *Stalin: the Man and his Era*, Boston, Beacon Press, 1987.

²¹ Para a revisão das estatísticas de crescimento soviético cf. ABRAM BERGSON, *The Real National Income of the Soviet Union since 1928*, Cambridge, Harvard University Press, 1961. Relativamente à comparação com a Rússia no que se refere ao período de governação de Witte, cf. Gershenkron, capítulos 6 e 10.

²² Por exemplo, JOHN KENNETH GALBRAITH, *The new Industrial State*, Boston, Houghton Mifflin, 1967, e WASSILY LEONTIEV, «The Decline and Rise of Soviet Economic Science», *Foreign Affairs*, 38, Janeiro de 1970, pp. 261-272.

²³ BORIS PASTERNAK, *Doctor Zhivago*, traduzido por Max Hayward e Manya Harari, Londres, Collins and Harvil Press, 1958, p. 442.

²⁴ A literatura interpretativa sobre as Grandes Depurações é dispersa e superficial. O ponto de vista aqui expresso é baseado em HELLER; NEKRICH; ULAM; NICHOLAS WERTH, *Les Procés de Moscou*, Bruxelas, Editions Complexe, 1987; e JONATHAN HASLAM, «Political Opposition to Stalin and the Origins of the terror in Russia, 1932-1936», *The Historical Journal*, 29 (2), 1986, pp. 395-418.

²⁵ ROBERT CONQUEST, *The great Terror*, Nova Iorque, MacMillan, 1968, publicado agora legalmente na União Soviética. Relativamente às mais recentes estimativas de Medvedev sobre as vítimas de saneamentos, d. *Argumenti i Fauty*, Setembro de 1989.

²⁶ ALEXIS DE TOCQUEVILLE, «Introduction», in *De la Démocratie em Amérique*, vol. 1, *Oeuvres Complètes*, 6.

²⁷ Por exemplo, as últimas secções de JOSEPH SCHUMPETER, *Capitalism, Socialism and Democracy*, 3.ª edição, Nova Iorque, Harper and Row, 1950.

²⁸ GRAVIIL POPOV, *Puti Perestroiki: mnenie ekonomista*, Moscovo, Ekonomika, 1989, é o depoimento mais recente deste crítico influente da sociedade e da economia soviéticas.

²⁹ Os textos relevantes são: *CIA Handbook of Economic Statistics for 1987 and 1988*; ROBERT GATES, *Revisiting Soviet Economic Performance under Glasnost: implications for CIA Estimates*, 1988, uma crítica do texto anterior. Do lado soviético, cf. especialmente o recente texto, relativamente optimista, de ABEL AGANBEGYAN, *The Economic Challenge of Perestroika*, traduzido por Pauline M. Tiftin, Bloomington, Ind., Indiana University Press, 1988, e o seu mais recente, e bastante alarmista, *Inside Perestroika, The Future of the Soviet Economy*, Nova Iorque, Harper and Row, 1989. As recentes estimativas soviéticas sobre a sua actividade económica tendem a ser inferiores às ocidentais e as mais recentes são as mais baixas de todas. Foram estas as estimativas que aqui tomámos como referência. Para um depoimento sobre o erro de tentar medir a economia soviética em termos ocidentais, cf. ALAIN BESANÇON, *Anatomie d'un spectre*, Paris, Calmann-Lévy, 1981. Este trabalho mostra também a natureza «surreal» do mundo soviético em geral, um factor que escapa às aproximações típicas da soviétologia ocidental dominante.

³⁰ PIERRE DAIX, *L'Avènement de la nomenklatura: La chute de Khrushchev*, Bruxelas, Editions Complexe, 1982.

³¹ MIKHAIL VOSLENSKY, *Nomenklatura: The Soviet Ruling Class*, traduzido por Erich Mosbacher, Garden City, Nova Iorque, Doubleday, 1984, publicado vários anos antes em russo e alemão, este trabalho chamou a atenção do mundo para o papel da nomenklatura.

³² Cf., por exemplo KONSTANTIN SIMES, U.S.S.R.: *The Corrupt Society. The Secret World of Soviet Capitalism*, Nova Iorque, Simon and Schuster, 1982.

³³ TATIANA ZASLAVSKAIA, «The Novosibirsk Report», *Survey*, 28 (1), 1984, pp. 88-108. Uma análise ocidental preceptiva sobre as contradições crescentes do soviétismo é a de SEWRYN BIALER, *The Soviet Paradox: External Expansion, Internal Decline*, Nova Iorque, Knopf, 1986.

³⁴ O melhor texto sobre os primórdios da perestroika é de MICHEL TATU, *Gorbachev: L'URSS, va-t-elle changer?*, Paris, Le Centurion-Le Monde, 1987.

³⁵ A coleção mais completa de textos da *intelligentsia* reformista foi preparada para a Conferência Extraordinária do Partido, em Junho de 1988. Cf. IURI AFANASIEV, ed., *Inogo ne dano*, in Moscovo, Izdatel'stvo Progress, 1988. Existe uma tradução parcial em francês, intitulada *La seule issue*, Paris, Albaian Michel, 1989. Para a geneologia da tradição submersa do comunismo de linha branda a partir dos anos vinte, cf. MOSHE LEWIN, *Political Undercurrents of Soviet Economic Debates: From Bukharin to the Modern Reformers*, Princeton, Nova Iorque, Princeton University Press, 1974.

³⁶ Citado in *Le Monde*, 20 de Dezembro de 1988.

³⁷ Citado in *Russkaia Mysl (La pensée russe)*, Paris 4 de Agosto de 1989.

³⁸ IGOR KLIAMKIN, *Moscow News*, 15 de Abril de 1989.

³⁹ O discurso de Sakharov no Congresso lançando a sua ideia foi reproduzido in *The New York Review of Books*, 17 de Agosto de 1989, pp. 25-26.

⁴⁰ A melhor apresentação sobre os antecedentes das reformas de Gorbachev e a evolução dos seus primeiros programas é de H. HEWET, ed., *Reforming the Soviet Economy*, Washington D. C., The Brookings Institution, 1987. Do lado soviético, cf. TATIANA ZASLAVSKAIA, *A voice of Reform: Essays by Tatiana Zaslavskaia*, ed., Murray Yanovitch Armonk, Nova Iorque, M. E. Sharpe, 1989, e especialmente NIKOLAI SHMELYOV, VLADIMIR POPOV, *Na perelome (No ponto de ruptura)*, Moscovo, Ekonomika, 1989.

⁴¹ O estudo mais bem preparado, mais penetrante e mais realista, sobre a economia da perestroika é o de ANDERS ASLUND, *Gorbachev's Struggle for Economic Reform*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press, 1989.

⁴² Os melhores trabalhos, na generalidade, sobre a era de Gorbachev são de ALEC NOVE, *Glasnost in action: Cultural Renaissance in Russia*, Boston, Unwin Hyman, 1989, que é moderadamente pessimista; e WALTER LAQUEUR, *The Long Road to Freedom: Russia and Glasnost*, Nova Iorque, Scribners, 1989, que é francamente pessimista. Um depoimento forte acerca das contradições internas do gorbachevismo é o de VLADIMIR BUKOWSKY, «Who Resists Gorbachev?», *Washington Quarterly*, Inverno de 1989.

⁴³ A metáfora das tesouras foi aplicada a Gorbachev pelo historiador Sergio Romano, embaixador italiano em Moscovo nos últimos quatro anos. Será o tema do seu próximo livro, em italiano, sobre a *perestroika*.

⁴⁴ ANDREI AMALRIK, *Will the Soviet Union Survive until 1984?*, Nova Iorque, Harper and Row, 1970.

⁴⁵ ANDRANIK MIGRANYAN, *Literaturnaia Gazeta*, 16 de Agosto de 1989.

⁴⁶ MILOVAN DJILAS e GEORGE UURBAN, «Djilas on Gorbachev», *Encounter*, 71, Setembro-Outubro de 1987, pp. 3-19.

⁴⁷ Como exemplo do seu pensamento, cf. STEFAN KISIELEWSKI, *Polen-Oder die Herrschaft der Dilletanten: Sozialismus und wirtschaftspraxis*, Zurique, Edition Interform, 1978.